



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

| COMISSÃO ESPECIAL - PL 4361/04 - CENTROS DE INCLUSÃO DIGITAL LAN HOUSE | | |
|------------------------------------------------------------------------|-------------------|-------------------|
| EVENTO: Audiência Pública | Nº: 0332/10 | DATA: 13/04/2010 |
| INÍCIO: 14h31min | TÉRMINO: 16h47min | DURAÇÃO: 02h16min |
| TEMPO DE GRAVAÇÃO: 02h16min | PÁGINAS: 48 | QUARTOS: 28 |

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

CARLOS EDUARDOBIELSCHOWSKY – Secretário da Secretaria de Educação a Distância – SEED, do Ministério da Educação, representante do Ministro da Educação, Fernando Haddad.
CLÁUDIO PRADO – Presidente do Laboratório Brasileiro Cultura Digital.
ALFREDO MANEVY – Ministro da Cultura interino.
ALEXANDRE BARBOSA – Participante.

SUMÁRIO: Debate sobre o Projeto de Lei nº 4.361, de 2004, que trata do estabelecimento de limites ao funcionamento de casas de jogos de computadores.

OBSERVAÇÕES

Houve exibição de imagens.
Houve intervenções fora do microfone. Inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Declaro aberta a reunião ordinária da Comissão Especial.

Vou dar início à leitura do expediente:

Cópia do Ofício nº 109/PT, datado de 31 de março de 2010, assinado pelo Líder do Partido dos Trabalhadores, que solicita ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados o desligamento do Deputado Pepe Vargas desta Comissão Especial e demais Comissões que especifica. O expediente recebeu o deferimento do Presidente desta Casa na referida data.

Cópia de Ofício de nº 122/PT, datada de 6 de abril de 2010, assinado pelo Líder do Partido dos Trabalhadores, que solicita ao Exmo. Sr. Presidente da Câmara dos Deputados a designação do Deputado Eudes Xavier, do PT do Ceará, como membro suplente desta Comissão Especial. O expediente recebeu o deferimento do Presidente desta Casa no dia 7 de abril.

Ofício nº 201, de 2010, da ASPAR/MEC, datado de 12 de abril de 2010, que comunica que o Secretário de Educação à Distância, Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky, comparecerá a esta audiência pública como representante do Ministério da Educação.

Mensagem do Ministério da Cultura, datada de 12 de abril de 2010, por meio da qual confirma a presença nesta audiência pública do Sr. Ministro de Estado da Cultura Interino, Ranulfo Alfredo Manevy de Pereira Mendes, que se fará acompanhar do Coordenador-Geral de Leitura e Literatura da Diretoria do Livro, Leitura e Literatura da Secretaria de Articulação Institucional dessa Pasta, atuando como Coordenador do Projeto Cultura Digital, Sr. José Murilo Costa Carvalho Júnior. Também acompanha o Sr. Ministro nesta audiência o Assessor Parlamentar Paulo Brum.

Reitero o convite a toda sociedade para discutir o tema em debate nesta Comissão no *Portal E-Democracia*, portal de participação popular da Câmara dos Deputados. A comunidade *lan house* será criada em breve e poderá ser acessada por meio do endereço www.e-democracia.gov.br. Na próxima sessão, esse portal será ativado, e nós poderemos debater ao vivo pela Internet na sessão do dia 27 de abril. As reuniões desta Comissão são transmitidas ao vivo pela Internet e podem ser acessadas no endereço www.camara.gov.br/comissão/lanhouse. Nós já temos



um avanço em relação aos momentos anteriores com o resumo do nome da Comissão e a sua facilitação para leitura.

Passo à Ordem do Dia, para apreciação da seguinte pauta: audiência pública convocada com base no Requerimento nº 1, de 2010, do Sr. Otavio Leite, no qual consta um cronograma de trabalho e o nome das autoridades e entidades a serem convidadas para as audiências públicas especificadas.

Para dar início à audiência, convido para tomarem assento à mesa S.Exa. o Sr. Alfredo Manevy, Ministro de Estado da Cultura interino, a quem agradeço a presença; o Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretário da Secretaria de Educação à Distância, SEED; e o Sr. Cláudio Prado, Presidente do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital.

Comunico que cada expositor deve se limitar ao tema em debate e terá o prazo de 20 minutos, prorrogáveis a juízo desta Presidência, não podendo ser apartado. Somente após todas as exposições é que passaremos ao debate, tendo referência o Relator Deputado Otavio Leite. Os interessados em participar do debate deverão inscrever-se previamente e poderão interpelar os convidados estritamente sobre o assunto da exposição pelo prazo de 3 minutos. O interpelado terá igual tempo para responder, facultadas a réplica e a tréplica pelo mesmo prazo, não sendo permitido ao orador interpelar qualquer dos presentes.

Tendo sido esclarecidas as regras, passamos às exposições.

Nós vamos fazer aqui uma alteração da ordem, porque o Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky nos pediu para ser o primeiro orador, tendo em vista que ele tem uma limitação de tempo. Portanto, vou passar a palavra ao V.Sa., porque, se houver algum tipo de atraso nas perguntas, V.Sa. estará presente aqui.

Passo a palavra ao Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky, que representa o Exmo. Sr. Ministro da Educação, Dr. Fernando Haddad.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Boa tarde a todos.

Sr. Presidente, é um prazer participar desta audiência pública. Cumprimento o Ministro da Cultura interino, Alfredo Manevy.

O tema desta audiência refere-se às *lan houses*. Na verdade, o que eu tenho a trazer é — posso falar em pé, Deputado?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Pode.



O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Obrigado.

Minha contribuição a este debate é mostrar um pouco o alcance que está tendo o uso de tíquetes nas escolas públicas brasileiras.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Eu só vou interromper para dizer que o Deputado Colbert Martins nos disse que V.Sa. é uma das pessoas mais respeitadas no mundo em educação à distância. Registro esse elogio que ele fez.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Assim, registro a presença do Deputado Colbert Martins e da ilustre Deputada Angela Portela, futura Senadora do Estado de Roraima, a quem agradeço.

Devolvo a palavra a V.Sa., porque agora, mais cheio, pode nos agraciar com uma palestra ainda melhor.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Muito obrigado. Eu agradeço o exagero, digamos assim.

Na verdade, quero mostrar para V.Exas. o que está ocorrendo nas escolas públicas brasileiras, onde nós temos, digamos assim, maior possibilidade e ver se há alguma conexão com a questão das *lan houses*, que está sendo discutida aqui. Acho que há essa possibilidade. Mas, para isso, vale a pena tomar uns 10 a 15 minutos para mostrar um pouco o que se está fazendo nas escolas públicas brasileiras.

(Segue-se exibição de imagens.)

Vou seguir uma trajetória clássica de apresentação, de 10 minutos, sobre tíquetes nas escolas, para depois trazer ao debate, com base nisso que eu estou mencionando, a questão do acesso mais amplo fora das escolas.

Destaco a criação do PROINFO Integrado — que já existia. Nós tentamos fazer um pensamento integrando as diversas ações de tíquetes nas escolas. Os objetivos do programa são alfabetizar digitalmente os nossos estudantes e fazer uma sala de aula mais colorida, mais divertida, para que o aluno tenha uma participação mais ativa e a possibilidade de ser mais autor do seu conhecimento do que receptor passivo.

Portanto, nós planejamos um PROINFO Integrado na perspectiva de alfabetizar os alunos digitalmente, trazer uma cultura digital e promover novas



estratégias de ensino-aprendizagem. Para isso, nós dividimos a apresentação em 3 ações principais: infraestrutura, capacitação e conteúdos digitais.

Nós estamos, nesse ponto da curva de distribuição de laboratórios, com 33 mil laboratórios, mas, neste momento, estamos distribuindo 30 mil laboratórios. Esse número excessivo de laboratórios, sendo distribuídos em 4 meses, deve-se a uma ação judicial de um laranja, do segundo colocado de uma licitação, que entrou com recurso no Tribunal de Contas da União, o que ocasionou o atraso de 10 meses na entrega dos computadores. Entendo sinceramente que deveríamos ter alguma lei para impedir que aventureiros façam com que isso ocorra. Ele foi derrotado duas, três vezes, e nós conseguimos, finalmente, dar início à entrega dos computadores numa licitação pública, totalmente digna e sem problema nenhum.

O questionamento dessa empresa no TCU... Eu vou mencionar porque isso me revoltou esse assunto. O segundo colocado, uma pessoa que não foi o segundo colocado — portanto, nós desconfiamos que houve alguma coisa estranha —, alegou que o cartão de leitura, que custa 30 reais, não tinha certificação internacional. Por conta disso, nós atrasamos em 10 meses a entrega de 30 mil laboratórios, que estão sendo entregues. É por isso que nós estamos tendo no momento esse número de entregas. Significa que, até o final do ano, todas as escolas urbanas e as maiores escolas rurais terão laboratórios de informática atualizados. E algumas escolas, mais de um laboratório.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Desculpe ter feito essa menção, saiu sem querer. É que...

Nós estamos falando aqui de 70 mil escolas públicas. Das 70 mil maiores escolas públicas, 64 mil delas são urbanas e umas 6 mil escolas rurais. Elas comportam 92% de toda a população escolar brasileira. Então, nós estamos falando que, até o final do ano... Agora, nós estamos caminhando rapidamente e até julho — a maior parte até o final do ano — 92% da população escolar estará com laboratório de informática.

Enfim, aqui está o mapa do número de alunos atendidos. Esse salto se deve exatamente por causa desse problema.



A próxima transparência. Nós estamos no Banda Larga nas Escola, programa em parceria com as operadoras. Também nesse caso, até o final do ano todas as 72 mil escolas estarão conectadas. São 64 mil escolas urbanas e estamos agora nesta parte da trajetória — esta curva é menos acentuada porque a distribuição está sendo feita de maneira mais homogênea. É um processo que foi uma conquista. Eu acho que foi uma boa parceria do Governo Federal com as operadoras. O grande problema de conectar as escolas está resolvido nas escolas urbanas e estamos colocando antenas GSAC em 6 mil escolas rurais.

O quadro é o seguinte: até o final do ano, 92% da população escolar estará em escolas com laboratórios recentes e com banda larga.

Segundo nossa estratégia, o importante é transcender o laboratório. Portanto, nós criamos um dispositivo — é criação nossa —, o projetor integrado. Estamos fazendo a licitação de 40 mil aparelhos desses. Foi uma criação minha e do nosso diretor. É um computador barato com projetor que o professor leva para dentro da sala de aula, com recurso de pegar banda. Então, o professor pode levar o computador para dentro da sala e fazer uma aula mais divertida, com filmes. E o UCA é um projeto especial que está sendo implementado em 300 escolas.

Na parte de infraestrutura, as escolas estão sendo conectadas, com a possibilidade de levar para dentro da sala de aula algum tipo de conteúdo, transcendendo o laboratório.

Evidentemente, não adianta fazer isso sem capacitação. Nós estamos capacitando 300 mil professores em cursos de 180 horas e 40 mil professores com formação *lato sensu*.

Todos os professores brasileiros que querem fazer uma capacitação... Neste momento, em 3.600 municípios, numa rede que envolve os núcleos de tecnologia estaduais e municipais que cuidavam da infraestrutura, nós achamos melhor substituir os laboratórios antigos e aproveitar esse pessoal para cuidar da capacitação. Então, isso está acontecendo. São 2 cursos diferentes: 180 horas e 360 horas. Todos eles começam com alfabetização digital do professor, mas eles entram na metodologia do chão da escola, de fazer com que isso seja utilizado no chão da escola.



Há uma rede montada em parceria com Estados e municípios, um representante estadual e municipal, o MEC. Nós fazemos encontros a cada 2 meses. Isso se espalha em núcleos de tecnologia estaduais e municipais e chega a cada escola, onde há mais 20 professores procurando fazer esse tipo de formação.

Um terceiro elemento da implementação de uma cultura de tecnologia de informação e comunicação nas escolas é a produção de conteúdos digitais e sua disponibilização. Nós temos o *TV Escola*, canal nosso que está no ar e nós aproveitamos, empacotamos caixas de DVDs e mandamos para as escolas. Depois, nós fizemos um edital de conteúdos digitais com o Ministério da Ciência e Tecnologia, de 70 milhões, que está finalizando a produção. E nós criamos uma grande rede para pegar conteúdo onde há. Nós estamos com 20 universidades, 400 colegas trabalhando com seus alunos para irem ao mundo pegar coisas e trazer. Isso tudo desemboca num banco de elementos e objetos educacionais que tem um portal de domínio público. Estava conversando há pouco com Alfredo sobre uma participação. Esses conteúdos são disponibilizados no *Portal do Professor*. Portanto, nós temos agora um banco de elementos e objetos educacionais com 9 objetos, como vídeos, simulador, etc. Esses vídeos estão entrando aqui, esses conteúdos entram. Enfim, estamos criando uma espécie de um grande repositório de conteúdos digitais que desemboca no *Portal do Professor*.

O *Portal do Professor* é um ambiente onde o professor tem *links*, ferramentas de interação e comunicação, jornal. Além disso, ele tem acesso a objetos educacionais e a um editor de roteiro, onde pega esses objetos, edita e leva para dentro da sala de aula. Além disso, ele tem acesso a roteiros dos outros professores. Por exemplo: vinda da Família Imperial ao Brasil. Há um roteiro lá com filme da família. Há filmes, vídeos, simuladores, e isso tudo ajuda.

Aqui está a forma do portal.

O outro elemento é este banco de objetos educacionais. Nós vamos fazer parcerias no mundo para conseguir objetos, que serão colocados. É uma parceria de muita gente. Estamos fazendo isso totalmente colegiados com as secretarias estaduais e municipais. É um projeto muito imbricado.

Quanto aos NTEs e NTMs, esta é a nossa rede de operação. Nós estamos criando a cada mês 10, 20 núcleos desses. Nós vamos nos espalhando pelo Brasil



dessa maneira. Temos um comitê gestor de contribuições das empresas. No Governo, nós temos uma parceria muito forte, evidentemente, com o Ministério das Comunicações, com o Ministério do Planejamento, a ANATEL, a ANP. Enfim, é um monte de gente que trabalha junto nisso porque não é trivial a tarefa de alfabetizar os alunos digitalmente e de melhorar a sala de aula.

Eu fiz esta apresentação para depois entrar no tema. Eu acho que as escolas públicas brasileiras... Agora, Deputado, eu vou falar mais devagar porque vou entrar no tema. Eu tive de fazer a apresentação para dar contexto.

No MEC, nós temos algumas convicções com relação ao acesso. Uma delas é que a escola é um bom lugar para que as nossas crianças mais carentes possam fazer a sua alfabetização digital; mais do que alfabetização, a culturalização digital. Agora, é evidente que a escola não dá conta de todo o processo. Portanto, o assunto trazido hoje a debate é de extrema relevância, porque é óbvio que as nossas crianças, fora da escola... As crianças das nossas escolas públicas, em grande escala, fora da escola têm dificuldade de acesso. Portanto, haver democratização maior de acesso fora da escola, é claro, é um tema que interessa ao Ministério e tem o nosso apoio, até onde podemos contribuir, uma vez que quando se traz uma pessoa dessa para o ambiente de culturalização digital ela muda, felizmente. É bom, faz bem.

Outra coisa. Estamos criando o *Portal do Aluno*, que se conecta com o Portal do Professor através de um aplicativo de ensino a distância que eu chamo SINPRO-INFO. Então, o professor e o aluno vão estar conectados por um aplicativo. Assim, é bom que o aluno possa ter acesso em outros lugares.

Em primeiro lugar, fica a consideração da importância do tema, que é fazer com que, quanto a essas crianças que obviamente não têm recursos em casa, a maior parte delas não tem, possamos criar mecanismos fora da escola para que isso ocorra.

Por outro lado, quero trazer o tema de que a algumas áreas rurais é quase impossível levar banda e fazer qualquer mecanismo. No entanto, estamos colocando esses sistemas nas escolas rurais. Talvez na escola urbana não seja necessário, mas eu fico imaginando que as escolas rurais possam ser nucleadoras, eventualmente, de alguma ação para a comunidade local rural à noite, em fins de



semana, por exemplo. Acho que aí há uma perspectiva que podemos trabalhar na direção de potencializar esse investimento que se está fazendo por tantos parceiros para, de alguma maneira que não está clara, eventualmente se utilizar essas escolas à noite, em fins de semana. Não em áreas urbanas, onde comercialmente podem ser implementadas *lan houses*, mas talvez em algumas áreas urbanas, mas eu acho que, muito especialmente, não sei se o Alfredo concorda comigo, na área rural.

Eu, por exemplo, tenho um sítio num lugar que é um fim de mundo, onde há uma escola que tem banda. Eu sei que lá é o único lugar daquele vilarejo, que é o vilarejo do vilarejo, que tem acesso à Internet. Fico pensando se não faz sentido potencializarmos esse acesso de noite, no fim de semana, com algum mecanismo de... É claro que não será um sistema educacional municipal que vai providenciar de ela ficar aberta, mas aquilo já está lá e já há a banda necessária.

Então, é algo que me persegue ultimamente, quando penso em uma comunidade rural e na importância de haver o acesso em uma comunidade rural. Pode fazer toda a diferença na vida de uma pessoa em uma comunidade rural poder entrar no computador, fazer algum registro, ver algo.

São as 2 observações que queria fazer. Quis trazer antes essa apresentação para mostrar a dimensão, primeiro, da necessidade de criar outros lugares de acesso para os alunos; segundo, da eventualidade de tentarmos construir — não sei se é possível — alguma trajetória para potencializar as escolas onde o acesso é difícil. Onde o acesso é fácil os outros mecanismos são mais simples.

Agradeço a oportunidade de estar presente.

São essas as minhas considerações.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Muito obrigado ao Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky, que nesta Comissão representa o Exmo. Sr. Ministro da Educação e é Secretário da Secretaria de Educação à Distância.

Concedo a palavra ao Sr. Cláudio Prado, Presidente do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital. Também saúdo, pela presença entre nós, o Sr. Relator Otavio Leite.

Concedo a palavra, por 20 minutos, ao Sr. Cláudio Prado.



O SR. CLÁUDIO PRADO - Boa tarde a todos os presentes, ao pessoal da Internet que está ligado. Sei que a reunião está sendo transmitida.

Quero abordar 3 aspectos sobre a questão das *lan houses*. O primeiro é a *lan house*, como chamo, antro da perdição. Essa ideia de que a *lan house* é um perigo. O segundo, a *lan house* como *business*. O terceiro a *lan house* cultural. São esses 3 aspectos.

A ideia do antro da perdição é algo curioso. Quando moleque, o antro da perdição para nós, alunos, era a sinuca. A sinuca era um lugar proibido, onde se ia matar aula, era o lugar de jogar sinuca, havia aposta e tudo o mais. Então, ir à sinuca significava perder-se na vida. Fui fervoroso adepto da sinuca, estou aqui, não me perdi e não vejo na sinuca em si nenhum problema que possa levar a essa ideia. Isso foi herdado pelo fliperama, que é o começo da ideia de que jogar e se divertir pode ser feito eletronicamente, a possibilidade de jogos eletrônicos. Isso foi herdado pela *lan house*.

Vejo com preocupação, inclusive, a frase que consta do PL do Deputado Vieira Reis, que diz: *“Novas formas de lazer voltadas à criança e ao adolescente têm sido criadas desde a promulgação do Estatuto que os protege. Preocupa-me, em especial, o surgimento de locais para a prática de jogos em computadores, popularmente conhecidos como ‘lan houses’.”*

O jogo em si é extremamente pedagógico. Não podemos olhar o jogo como algo não pedagógico. Aliás, o Ministério da Cultura foi o primeiro ministério a pensar seriamente em jogo digital, os jogos de *videogame*, como processo educativo.

Coisas inadequadas ocorrem em qualquer lugar, nesta Casa, em minha casa, nas casas de todos, na rua, etc. Não podemos criminalizar a *lan house* por esse aspecto negativo. Aliás, as tecnologias novas são sempre criminalizadas. Vimos o Projeto Azeredo, que foi devidamente enquadrado por esta Casa e pelo Congresso como um todo, visando olhar para a Internet como um lugar perigoso. A Internet é fantasticamente perigosa e interessante, como a rua, a vida, a política, tudo.

Temos de, realmente, parar de pensar no sentido de que a *lan house* é o antro da perdição, tem que ficar a não sei quantos quilômetros da escola e todas essas coisas que se diz. O segundo, é a *lan house* como *business*. Na verdade, a *lan house* nasceu em 1998 com um empresário coreano radicado no Brasil, que



inventou uma franquia. Ele veio da Coreia, onde essa história começou muito cedo. A Coreia é o país mais conectado do mundo. Começou muito cedo lá e ele disse: “Nossa, esse negócio vai dar grana aqui”. E monta a *Monkey Lan 4 Fun*.

A primeira franquia deles, simbólica e curiosamente, o piloto de uma franquia que eles construíram acabou de ser fechada no dia 1º de abril de 2010. Ou seja, a *lan house* original, que tinha a perspectiva de fazer um negócio gigantesco no Brasil, do ponto de vista de *business*, acabou de fechar no dia 1º de abril de 2010. Enquanto que a onda das *lan houses*, que tem outra característica, que não aquela de classe “a” e “b”, vingaram de uma forma fantástica.

O aspecto que quero ressaltar diz respeito à última pesquisa que o Comitê Gestor da Internet acabou de divulgar esses dias. Pela primeira vez nessa pesquisa em relação às *lan houses* e ao acesso em geral, o acesso residencial ultrapassou o acesso de *lan house*. Ou seja, há uma queda de pessoas acessando em *lan house*.

O número de acessos em *lan house* é menor do que os acessos residenciais. É a primeira vez que isso ocorre desde 2005, eles fazem essa pesquisa todos os anos. Isso mostra um pouco que o que vem vindo na verdade por detrás do que está acontecendo, primeiro foi o barateamento do computador. Foi isso que viabilizou o computador. O barateamento do computador foi um programa do Governo, Computador para Todos, e depois foi assimilado pelo mercado. O Computador para Todos hoje não faz mais sentido, porque a popular Casas Bahia e todos os outros varejistas vendem computadores extremamente baratos em relação ao que já foi.

Então, hoje, na verdade, esse poder regulatório de estabelecer o Computador para Todos, construindo esse mercado, abriu uma possibilidade fantástica para as pessoas terem computador. Ainda há muita gente com computador e sem conexão, porque também a questão da banda larga está no mesmo patamar que estava o computador há tempos atrás. A política pública de banda larga, que é certamente o Plano Nacional de Banda Larga, que está sendo proposto e discutido, que vai para a consulta pública, esperamos nós, assim como o marco civil da Internet, assim como a Lei de Direito Autoral, enfim, todos os processos de discussão de questões profundas vá à consulta pública, esse Plano Nacional de Banda Larga é inexorável. Ele vai existir. Não há como imaginar, não só no Brasil, mas no mundo, que banda larga não seja um direito do cidadão, e seja tão importante política, estratégica e



culturalmente do que a construção de estradas foi no século XX. As infovias são de muito maior alcance do que as estradas físicas de asfalto e são muito mais baratas do que as outras estradas.

O terceiro aspecto que estou colocando aqui, que é justamente o ponto que eu quero defender, é da *lan house* cultural. O que aconteceu com a explosão de *lan house* foi, na verdade, uma expressão de demanda por acesso da população. Isso começa com os telecentros. Basicamente, os telecentros de São Paulo... O Sérgio Amadeu está construindo os telecentros em São Paulo, em *software* livre, já com a dimensão de uma compreensão profunda de que acesso tem de ser feito de uma forma geral, com autonomia tecnológica daqueles que usam esse acesso, e não simplesmente plugar e não entender o que está acontecendo — por isso os *softwares* abertos, o *software* livre — e que produza um novo tipo de valor agregado em relação a quem está tanto no telecentro, como depois isso surge como potencial das *lan houses*. Ou seja, a *lan house* como um espaço novo, onde o Governo deveria trabalhar no sentido de construir a possibilidade de que a *lan house* se transforme no poupa tempo popular, de fato, local. *Lan* quer dizer *local access network*, rede de acesso local. Foi o coreano que trouxe o nome em inglês para cá. A ideia da rede de acesso local, esse nome em inglês que poderia ser casa, *house*, é um espaço extraordinariamente interessante para a alfabetização digital, sobre a qual ouvimos agora, porque ali, de fato, ela começa a acontecer.

Nessa pesquisa da Internet discute-se onde a pessoa aprende, onde a pessoa se alfabetiza. Essa pesquisa diz que na alfabetização digital, em um percentual muito alto — não vou chutar aqui porque não assimilei o número —, a pessoa aprende sozinha. O acesso digital é isso. A molecada hoje se alfabetiza sozinha, a molecada pega o computador e sabe como usar, sabe como fazer. Ela se alfabetiza muito rapidamente.

Então, há essa possibilidade de a *lan house* ser o lugar onde as pessoas se ajudam, primeiro com os jogos coletivos em que as pessoas se ajudam, e em que o governo pode oferecer uma interface para o cidadão local acessar o governo eletrônico, à medida que ele vai crescendo. A pesquisa também aponta esta possibilidade de um crescimento enorme, um potencial de acesso da população aos serviços que cada vez mais os governos vão proporcionar através da Internet.



Acho que a *lan house* é um espaço, por excelência, importante para o ensino à distância. Eu diria que, na minha concepção de distância e de ensino à distância, o acesso digital traz uma dimensão nova para isso tudo. De que distância estamos falando? Dou um exemplo: o Youtube, uma coisa extraordinária, que certamente todos conhecem, tem 5 anos e 1 bilhão de acessos por dia. Um bilhão de acessos por dia em 5 anos são 500 mil acessos novos por dia. É um número estarrecedor: 500 mil acessos novos por dia durante 5 anos para dar 1 bilhão de acessos por dia. Isso é extraordinariamente fantástico quando falamos de alfabetização.

Muitas das pessoas que estão no Youtube estão começando a produzir também. Essa dimensão da produção cultural que a tecnologia digital propõe, que foi semeado lá atrás, pelo velho Toffler, um visionário extraordinário que começou a falar do Prosumer, que é o produtor e o consumidor, hoje está acontecendo.

Esta maquininha representa a possibilidade de um ativismo digital fantástico. A pessoa filma aqui e põe no ar o dinheiro na meia e outras coisinhas mais. Todas essas coisas que a tecnologia digital proporciona é extraordinariamente interessante como fronteira nova de um ativismo e de uma realidade social, cultural e política extremamente interessante.

A *lan house* pode ser o lugar onde a pessoa aprende pela primeira vez a fazer *upload* e não simplesmente baixar vídeos e filmes, o que, aliás, subiu também em todas as classes. A pesquisa constata que o *download* está aumentando.

O *download* é visto como pirataria, numa explícita, na minha opinião, visão de não entender a distribuição por um clique como uma fantástica possibilidade de democratizar acesso. Portanto, requer uma nova visão regulatória por parte do Governo e uma adequação esta fantástica possibilidade de democratizar acesso, já que minorias culturais podem ser acessadas de qualquer lugar do mundo pela primeira vez na história da humanidade. As minorias sempre foram impedidas de circular, porque precisava ser um objeto e esse objeto precisava ser feito, fabricado e transportado. Agora, não. Agora uma música vira *bit* e de *bit* vai para a orelha de quem quiser com apenas um clique. Isso é fantástico. Isso não pode ser pirataria.

Temos de encontrar uma solução para transformar isso na extraordinária potencialidade de democratizar a cultura que representa. Acho que a *lan house* é o lugar onde isso pode ser trabalhado.



Eu, com muita satisfação, vi que na primeira audiência o Vagner Diniz propôs a *lan house* como ponto de cultura. Eu vim aqui defender isso, mas ele chegou na minha frente. Achei isso fantástico, a *lan house* como ponto de cultura, que poderia ser o lugar onde ocorreriam oficinas de cultura digital, onde haveria alfabetização de multimídia interativa, audiovisual interativo. É disto que se trata a Internet, entender que a interatividade que a Internet permite não é só trocar palavras, mas trocar palavras faladas, em linguagem falada, a cultura oral.

Num país de pouca leitura, a cultura oral ainda é e sempre será extremamente importante, como em toda a cultura africana e das Américas, antes de chegar o imperialismo. Aliás, o alfabeto é uma imposição imperialista das mais terríveis para as culturas que não usavam o alfabeto como forma de disseminar a cultura.

No Brasil, é extremamente importante a possibilidade extraordinária que a Internet traz de troca de informação, de troca de conhecimento, não só por via escrita, mas por via oral, por via de imagens e por via audiovisual.

A questão da alfabetização digital teria que ser, na verdade, uma alfabetização multimidiática, que o Ministério da Cultura construiu de forma fantástica junto aos pontos de cultura; as oficinas de cultura digital nos pontos de cultura, que era justamente ensinando a molecada a usar de forma plena a interatividade que a Internet permite. Isso foi na construção de *blogs* e das suas manifestações culturais e pessoais.

Vejo isso como o grande futuro que se possa trabalhar pela Internet. Uma coisa que vem embutida nisso é a ideia que defendo, que é a do *lan cinema*, um novo modelo de negócio do cinema. Muita gente diz que o cinema está morrendo. O cinema não está morrendo. Um bilhão de acessos por dia no Youtube é só cinema, só vídeo, só imagem em movimento. É uma coisa extraordinária!

O que está morrendo é o modelo de negócio do cinema e a concentração minúscula dos cinemas. Se cada *lan house* virasse um *lan cinema* ou se houvesse uma distribuição de filmes de maneira que a pessoa pudesse ver um filme do tamanho de uma *lan house*, um *lan cinema* pequeno, em que a pessoas pudessem ver os filmes e discuti-los, estaríamos reinventando o cineclube de uma forma extraordinária.



O cineclube morre porque não há como circular aquelas latas de filme enormes — era pesado, era complicado. Hoje o cineclube pode ser revivido através da tecnologia digital de uma forma fantástica.

Diria que a solução para isso — imagino que o Ministro interino vá falar sobre esse assunto — é o vale cultura para a *lan house*, que é uma conquista que acho que pode ser extraordinariamente interessante, uma *lan* que tenha uma visão pública, não *business*, mas uma *lan house* com uma visão cultural.

Quero terminar dizendo que a legalização das *lan houses* tem que prestar atenção para não se transformar numa coisa que cerceia esta possibilidade cultural interessantíssima, que veio muito rapidamente por causa do avanço que a Internet possibilitou na forma de trocar conhecimento, de trocar cultura. Não podemos pensar em legalizar a *lan house* proibindo tudo o que seria proibido antes da existência da Internet.

Portanto, a discussão da regulamentação da *lan house* tem que ser sincronizada com a reforma do direito autoral, que é uma discussão que está sendo levada a fundo pelo Ministério, pelo Marco Civil da Internet, por todas as frentes de discussão que integram a possibilidade de que a *lan house* seja um elemento extraordinariamente fantástico.

O número de *lan houses* ninguém ousa dizer, mas é uma coisa enorme. Como esse número é quase informal, ninguém sabe direito qual é, mas se 10% dessas *lan houses* virarem cinemas, estamos falando de um aumento brutal de cinemas, numa realidade em que — não sei os números de cor — o número de municípios que não têm cinema é violentamente maior do que o número de municípios que têm.

Imagino que a *lan house*, em vez de ser um antro de perdição, é um antro da esperança, são os campinhos de várzea da cultura digital.

Era isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado, Claudio Prado.

Aproveito a oportunidade para saudar a presença entre nós do Deputado Vicentinho Alves e do Deputado Elismar Prado, de Minas Gerais.



Passo a palavra ao Dr. Alfredo Manevy, que hoje responde pelo Ministério da Cultura. Agradeço a sua presença entre nós e lhe concedo a palavra por 20 minutos para sua exposição.

O SR. MINISTRO ALFREDO MANEVY - Boa tarde a todos e a todas. Quero cumprimentar o Deputado Paulo Teixeira, que ora preside esta Comissão Especial, e em seu nome cumprimentar os demais Parlamentares presentes. Cumprimento também o meu colega de Governo Carlos Eduardo, mais conhecido como Cadu, do Ministério da Educação, e o Claudio Prado, que dirige o Laboratório Digital, representando a sociedade civil.

Na verdade, vou aproveitar muito a fala dos que me antecederam, tanto do Carlos, como do Claudio e do próprio Deputado Paulo, primeiro para dizer que é muito oportuno o Congresso Nacional trazer o tema das *lan houses* para uma pauta estratégica, transformado o tema numa pauta relevante. Certamente esse tema merece a atenção que a Casa está dando a ele.

Começo a minha intervenção ressaltando dados que o Ministério da Cultura obteve recentemente, na sua primeira pesquisa com o IBGE e com o IPEA, que revelam o fosso cultural entre aqueles que podem acessar equipamentos culturais no Brasil e aqueles que não acessam.

Os dados revelam que 90% das cidades brasileiras não têm um centro cultural. Revelam também — e este número me parece que é uma consequência do primeiro que mencionei — que cerca de 85% dos brasileiros, em média, não frequentam salas de cinema, salas de espetáculo de dança e de teatro e bibliotecas públicas. O índice de leitura no Brasil está em torno de 1,4 livros *per capita*, numa média que não nos permite enxergar a fundo quantos não lêem no Brasil, porque é uma média. Há os que lêem muito, e essa média joga para cima o dado dos que não lêem. Mas ela está entre as mais baixas da América Latina. E a frequência a bibliotecas também não passa de 15% da população.

Se apenas 10% dos 5 mil e 500 municípios brasileiros têm equipamentos culturais e em torno de 90% da população não acessa equipamentos, poderíamos nos perguntar como o brasileiro frui cultura. Ele o faz por 2 mecanismos: pela televisão aberta, que é o único equipamento que chega em todo Brasil, que é universal. Nesse sentido, não é exagero dizer que o cidadão brasileiro é refém da



programação da tevê aberta na medida em que não há alternativa ao que ela oferece. É claro que a tevê brasileira é de excelente qualidade em termos de novela, ficção, etc. e tal, mas também restringir o repertório cultural de um indivíduo somente ao que a televisão oferece é empobrecimento de informação de qualidade no acesso à cultura.

O outro meio de acesso são os oferecidos pela economia informal da cultura, chamada de pirataria, no nome mais comum. Talvez isso explique o grande crescimento da pirataria no Brasil neste último período, e ela surge exatamente no buraco deixado tanto pelo Estado no passado, quanto pelo mercado cultural. Os altos preços dos livros e dos ingressos criaram uma economia cultural para poucos no Brasil — os 15% que eu mencionei —, tornando praticamente inacessível a criação de um mercado de massas, como temos em outras áreas, como a automobilística, a de habitação e tantas áreas da economia brasileira que já chegaram às classes C, D e E. No caso da cultura, não conseguimos criar um mercado cultural no Brasil.

E o Estado brasileiro — essa é outra razão e talvez a mais relevante — também não tratou a cultura no nosso passado recente como um assunto estratégico da Nação, como algo que deve ser objeto de políticas de desenvolvimento e não apenas a cereja do bolo, assunto que é lembrado de maneira instrumental para emoldurar as ações centrais do Estado. A cultura, de fato, não foi tratada como um serviço básico do Estado brasileiro, como uma prestação, como uma necessidade básica da população.

Então, estas 2 omissões, tanto a do Estado como esse buraco deixado pela economia da cultura, explicam em grande medida a grande explosão da pirataria no Brasil, que nada mais é do que o crime organizado entrando na brecha deixada por essa economia para justamente saciar uma demanda da população. A pirataria encontra uma demanda forte.

Há um outro número muito interessante que o IBGE nos revela, Deputado Paulo Teixeira. Em torno de 4% do orçamento familiar das famílias brasileiras, independentemente de classe social, são gastos em cultura. Ou seja, independentemente da renda, o percentual é o mesmo. E é o quarto gasto mais importante das famílias brasileiras. O que varia é a qualidade desse consumo. As



famílias de alta renda podem frequentar os equipamentos de cinema em *shopping centers*, que têm, como o Ministro Juca Ferreira costuma dizer, além do ingresso, a pipoca mais cara do mundo. Mas essas pessoas podem frequentar e pagar as altas tarifas de bens culturais no Brasil. É o mesmo percentual, mas é claro que em famílias de alta renda o consumo é mais diversificado, porque, podendo, o cidadão vai consumir o que a televisão oferece, mas vai procurar alternativas.

Então, é nesse contexto que surge a questão das *lan houses*, no meu entender. Elas devem ser pensadas e compreendidas como uma manifestação da sociedade. Em grande medida, são empresas pequenas, microempresas informais, são pequenos empreendedores e em comunidades, cidades pequenas, periferias e favelas, que passam a prestar o serviço para o comunidade que não foi oferecido nem pelo Estado nem pelo mercado formal.

Quando vamos a países como a Argentina, por exemplo, país vizinho, temos a estrutura dos locutórios, muito interessantes, que permitem o acesso, a baixo custo, à Internet e às ligações telefônicas em quiosques de esquina. São serviços de natureza privada, mas regulados fortemente pelo Poder Público para garantir as tarifas de ponta. É um outro modelo. Foi estruturado criando uma forte cadeia capilar de prestação de serviço ao cidadão argentino. Lá foi pensado assim desde o início.

No Brasil, o nosso modelo de telecomunicações deixou essa grande fresta. A *lan house* não existe no arcabouço institucional, tanto que ela tem um nome em língua inglesa, o que mostra que foi surgindo por livre e espontâneo movimento da sociedade e não foi prevista por aqueles que desenharam o nosso modelo de prestação de serviço na área de telecomunicações, lá na ponta. Não previram essa necessidade da população brasileira.

Então, num contexto de grande abismo cultural entre os brasileiros e de necessidade de gerar igualdade no acesso ao conhecimento, à informação e à cultura, num contexto em que o Governo brasileiro coloca como desafio um plano de expansão da banda larga, reconhecendo a banda larga como serviço fundamental e o acesso à informação como questão decisiva, acho que as *lan houses* têm que ser compreendidas como uma estrutura complementar de alcance à sociedade. E precisamos olhar de verdade onde estão os problemas.



Se existem problemas de mistura com a criminalidade, como existe no caso da pirataria; se existem problemas de disfunção e mistura com práticas preocupantes do ponto de vista de desagregação social, eles têm que ser enfrentados, eu não tenho a menor dúvida disso.

Mas me parece que o passo preliminar seria reconhecer e institucionalizar esse universo de iniciativas como parte de um serviço relevante do ponto de vista do acesso. E, ao reconhecê-lo como tal, por que não desenvolvermos políticas como, por exemplo, o Farmácia Popular, programa de remédios que usa a rede privada para fazer política pública? Por que não transformar as *lan houses*, que são equipamentos privados, em equipamentos de políticas públicas, na medida em que são capilarizados e onde talvez o Estado não consiga chegar, com os horários de atendimento, com o tipo de serviço que, para o Estado, é mais difícil prestar? Esses pequenos empreendedores podem prestar, já estão prestando, mas de maneira desorganizada e, muitas vezes, enfrentando preconceito, incompreensão e até ficando à mercê, obviamente, da desagregação e das práticas que levam essas iniciativas a uma direção que não é boa.

Então, acho que cabe ao Estado e à nossas instituições mudar de postura, passar a reconhecer. Nós não vamos conseguir criar acesso público. Como disse o próprio Carlos, universalizando a escola, ela vai atender a uma parte da demanda, mas não vai atender a outros perfis de uso.

O computador dentro de casa vai atender a um tipo de demanda, mas é realista pensar que todos os brasileiros vão ter computador dentro de casa? O custo disso é razoável? Como questão econômica mesmo, é razoável imaginar que o modelo ideal é todo mundo com um equipamento privado dentro de casa? Ou esses equipamentos coletivos, que áreas como *lan houses* e telecentros podem oferecer, podem gerar um modelo menos custoso, mais aberto e sendo alvo de políticas públicas de educação e cultura?

Aceito a provocação feita pelo Claudio, parece-me que sim, devemos ter programas de ponto de cultura para aquelas *lan houses*. Inclusive, já temos pontos de cultura que são *lan houses*. Há uma no Ceará, por exemplo, que permite o *videogame* na parte da tarde se houver leitura na parte da manhã, ou seja, a garotada quer jogar o *videogame*, é parte do consumo contemporâneo na área



cultural, e a leitura é colocada como condição na parte da manhã. Isso tem tido um sucesso extraordinário.

É uma iniciativa inteligente que não reprime a demanda pelo *videogame*, mas combina — como faz um pai ou uma mãe — com os deveres de casa, com as tarefas, com aquelas necessidades de formação que devem estar na cesta básica de toda criança e de todo adolescente.

Acho que não deveríamos lançar nossa preocupação para os *videogames*, para os jogos. Eles são parte da cultura contemporânea, estão presentes na vida cultural de todos os países, é uma das economias mais relevantes da cultura atual. Existem jogos educativos e jogos não educativos, mas, de modo geral, muitas pesquisas mostram que todos os jogos têm um impacto na medida certa se não forem transformados em vício — e aí se aplica a qualquer outra atividade humana. Eles têm um impacto muito positivo na formação da inteligência, no desenvolvimento de capacidades da psicologia da criança.

A ciência avançou muito para reconhecer que o *videogame*, na medida certa, é parte da vida lúdica do jovem contemporâneo, da criança contemporânea, naturalmente trazendo a tecnologia, com todos os avanços que tem, para o centro da questão.

Não me parece que seria o caso de confundir a *lan house* com o *videogame* ou mesmo de lançar uma suspeita sobre essa questão, porque, na verdade, é o caso de termos políticas públicas que qualifiquem esse espaço.

O Ministério da Cultura tem buscado enfrentar esse grande abismo na questão dos equipamentos culturais, tanto em programas como o Mais Cultura, que, em parceria com o Congresso Nacional, multiplicou seu orçamento e hoje podemos instalar cines Mais Cultura, bibliotecas públicas, salas de cinema e museus em áreas do Brasil que, há pouco tempo, não tinham esses equipamentos.

É uma ação do Poder Público com orçamento e investimento. O Ministério está assumindo que o papel do Estado é lidar com esses números tão ruins que apresentei no início e, ao mesmo tempo, está trabalhando e estimulando a economia da cultura, o mercado cultural, para que ele vá além do seu gueto.

Existe o programa do Vale-Cultura, que visa justamente possibilitar o acesso à cultura aos trabalhadores que percebem até 5 salários mínimos. Eles poderão



receber, nos moldes do tíquete refeição, um cartão magnético que permite um gasto de 50 reais por mês em ingressos de cinema, livrarias etc. Isso vai permitir uma injeção, de acordo com a expectativa, de 9 bilhões de reais quando a demanda pelo Vale-Cultura estiver no limite. Então, isso vai impactar também a economia, as empresas culturais, livrarias e locadoras, muito além desse pequeno grupo social que consome hoje. E o vale também vai gerar acesso, trazer uma parte da população brasileira para dentro do consumo cultural.

São iniciativas do Governo Federal que vão na linha de promover o acesso à cultura e democratizar o acesso cultural no Brasil.

A *lan house*, o acesso digital, foi incorporado ao Vale-Cultura. A regulamentação deverá definir que tipos de uso são considerados os mais relevantes para o uso do Vale, o que será feito depois da aprovação aqui no Congresso Nacional do Vale-Cultura. Essa aprovação vai de vento em polpa. Já passou pela Câmara, foi para o Senado e já voltou para a Câmara. Faltam apenas duas Comissões para que o Vale possa ir à sanção presidencial.

Esta é uma nova oportunidade de agradecer ao Congresso pela atenção que vem dando ao Vale-Cultura.

Para encerrar, destaco que há outras iniciativas, como o Fórum da Cultura Digital Brasileira e a digitalização de acervos.

Recentemente, uma delegação da China foi a Ministério da Cultura e eles perguntaram como o Brasil lidava com a questão da Internet. Dissemos: *“Olha, partimos do pressuposto de que a Internet é um espaço democrático de liberdade”*. Mas eles perguntaram: *“Mas como vocês lidam com a degradação cultural na Internet?”* Dissemos: *“Aqui no Brasil nós temos investido na digitalização dos conteúdos”*. Não se trata de coibir ou tentar interferir na vida e na diversidade cultural da Internet, nem de tentar perseguir casos de problemas de conteúdo, porque isso não faz sentido no Brasil, nós estamos em uma democracia e o Estado não vai fazer isso.

Mas qual é o papel do Estado? O papel do Estado é permitir que o cinema brasileiro circule na Internet; subir os nossos acervos de museus e fotografias; permitir que os acervos das nossas várias instituições culturais, públicas ou privadas, acervos de artes plásticas, de música brasileira e a nossa memória



musical, as partituras possam entrar na rede, no Domínio Público, que é uma frente do Ministério da Educação. Esses acervos ficaram escondidos dos brasileiros durante décadas. O brasileiro quer conhecer a cinemateca brasileira, o Museu de Belas Artes, os nossos acervos arqueológicos; e deveria conhecer. Quer ter acesso ao repertório cultural de filmes brasileiros. Na verdade, uma minoria tem acesso a isso, é quem frequenta universidade e pode acessar algum cineclube ou museus, aqueles 10% que eu mencionei.

Qual é o papel do Estado? É qualificar a rede, colocando esses conteúdos no plano digital. Esse é o papel do Estado na democracia. Nós não vamos ficar controlando os conteúdos, não é esse o sentido. A liberdade de expressão é o pressuposto de toda a ação. E aí tem um pouco a ver com a fala do Claudio de que toda a regulação vem no sentido de fortalecer o que a Internet trouxe de novidade para a vida cultural dos seres humanos, ou seja, maior possibilidade de interconexão, de comunicação com rapidez.

Aqui, enquanto o Claudio falava, o Deputado Paulo Teixeira mandava trechos da exposição para o Twitter e já havia resposta. Ele mesmo me dizia que a fala do Claudio gerou um *frisson* aqui no Twitter sem precedentes na história da Comissão.

Então, é isto: o bacana da Internet, a grande novidade é o que ela trouxe de potencial de liberdade, de troca. Preocupa-nos sempre teses que circulam não só no Brasil, mas no mundo de que deveríamos agora usar tecnologia para cercear a tecnologia, o que a tecnologia nos trouxe. Começa a haver encomendas de projetos que cerceiam exatamente o que a Internet trouxe de novidade. É claro que a Internet é parte da vida social, tem que haver regras e níveis de responsabilidade. Mas é possível combinar essas regras com esse patrimônio que a Internet traz para a vida social. Esses projetos que aparecem não cabem na nossa democracia. É preciso aperfeiçoar projetos como o Marco Civil da Internet, que está em consulta pública, e reformar a Lei do Direito Autoral, proposta pelo Ministério da Cultura. São atualizações no plano legal sintonizadas com a democracia, com a liberdade de expressão e com a necessidade de ampliar o acesso à cultura no Brasil.

Eu não quero me alongar. Já extrapolei os 20 minutos.

Quero agradecer mais uma vez ao Deputado Paulo Teixeira e à Comissão e parabenizá-los pela audiência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Obrigado, Ministro Alfredo Manevy. Agradecemos a sua exposição, que é uma reflexão importante, para esta Comissão, de um Ministério que tem feito um trabalho de profundidade para ampliar o acesso à cultura para milhões de brasileiros. Então, eu quero parabenizá-lo. Peço que também transmita os nossos parabéns ao Ministro Juca Ferreira, porque sabemos da importância do seu trabalho no Ministério.

O SR. MINISTRO ALFREDO MANEVY - Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Antes de passar a palavra ao próximo orador, informo que se encontram sobre as bancadas cópias da ata da 5ª Reunião, realizada em 30 de março de 2010. Pergunto aos Srs. Parlamentares se há necessidade da leitura da referida ata.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Solicito a dispensa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Dispensada a leitura da ata, a pedido do Deputado Otavio Leite.

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, em votação.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram.
(*Pausa.*)

Aprovada a ata da 5ª Reunião.

Como o Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky — o Cadu, assim tratado intimamente pelo Ministro Alfredo Manevy — disse que tem uma limitação de tempo, porque tem de sair às 16h, vou passar a palavra ao Relator, Deputado Otavio Leite. Depois eu também gostaria de fazer uma pergunta a S.Sa.

Então, passo a palavra ao Relator, para suas perguntas e questionamentos.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Muito obrigado, Sr. Presidente. Cumprimento todos os presentes, o Sr. Ministro interino Alfredo Manevy, o Sr. Carlos Eduardo e o Sr. Cláudio Prado.

Eu tenho para mim que este encontro de hoje consolida o que poderíamos denominar de uma compreensão positiva em relação a este fenômeno cultural, econômico e social intitulado *lan house*. Finalmente, deciframos o enigma *lan house*. Perdoem-me a ignorância, mas eu não sabia que era *local access network*. Eu não sabia, soube hoje. Era um nome fantasia. Um nome fantasia que eu diria, na nossa



interpretação, já vivamente assimilado como um neologismo brasileiro. Adquiriu-se o hábito de pronunciar-lo pelos quatro cantos do Brasil, em qualquer que seja o tecido social.

Não será a primeira vez na história deste País em que uma regra jurídica haverá de colocar nos seus dispositivos uma expressão nova. Recentemente, nós chegamos ao ponto de votarmos uma regra tributária em que, literalmente, se esculpiu a expressão *drawback*, por conta das importações e exportações dos insumos, que é o termo apropriado pela OMC. Está na regra jurídica brasileira.

Nós, durante muito tempo, imaginávamos que centros de inclusão digital de base, nessa perspectiva da unidade no *front* local, seria uma denominação, brasileiroamente falando, até mais interessante, mas acho muito difícil fugirmos da expressão *lan house*, dada a profusão e a solidez com que se incorporou no imaginário brasileiro.

Eu queria, Dr. Carlos — depois eu indago aos demais —, apresentar aqui duas observações rápidas.

É certo que vale o esforço, o Poder Público sempre deverá perseverar na busca de fazer com que cada aluno tenha uma máquina, um computador bem conservado e que disponha de todos os mecanismos para que funcione o tempo necessário em que a escola está aberta.

Não obstante, como o senhor, inclusive, reconheceu, nada invalida a busca de caminhos alternativos, eu diria — não é bem a expressão — caminhos complementares, porque a escola sempre será o templo maior, não para a transmissão do saber, mas para a construção do saber.

Eu queria, em função disso, indagar se o senhor teria números mais atualizados sobre em que etapa nós nos encontramos nesta busca, nesta estrada complexa, longa, de alcançarmos o porto seguro de um aluno, um computador no Brasil. Esse é o primeiro ponto.

Segundo ponto: em relação à banda larga eu vi os números, realmente são números robustos em relação à expansão. O senhor disse que essa política vem sendo adotada com o esforço e a integração de parcerias entre entes privados e públicos. Queria — não sei se o senhor teria condições de dar agora — mais números sobre custos em relação a isso.



Finalmente, terceiro item: do ponto de vista do que contemplamos, imaginamos e advogamos em relação ao que significa a complementação do trabalho pedagógico através de *lan houses*, isso, evidentemente, há de implicar na necessidade de formação de professores. Dentre um dos programas, se não me engano o PROINFO, há um quesito que cuida de oferecer a professores uma formação para monitorar pedagogicamente a utilização dessa imprescindível, inexorável e definitiva ferramenta — não sei se definitiva, porque outras coisas virão; daqui a pouco a telepatia estará aí, não sei o que acontecerá mais à frente. Estamos aqui na realidade do futuro.

Presidente Paulo Teixeira, não tenho dúvidas de que este é o debate mais atual — não sei se podemos usar a palavra contemporâneo nesta Casa neste instante. Há muitos outros certamente importantes, mas este debate busca interpretar um fenômeno que é de um dinamismo impressionante e que se tenta traduzir para uma linguagem jurídica. É um desafio muito grande para todos nós.

Queria indagar ao Dr. Carlos sobre a formação de professores, se S.Sa. vê algum tipo de problema em esses professores poderem ser acoplados a iniciativas paralelas de complementação pedagógica através destes centros populares intitulados *lan houses*.

Só para ilustrar e fechar: tivemos, na semana retrasada, se não me engano, a viva interpretação de uma experiência extremamente fértil, Dr. Claudio, que consiste em uma política de governo numa cidade de 60 mil habitantes no interior de Sergipe. O Prefeito houve por bem convocar as *lan houses* da cidade, convocar sua equipe de educação e firmar uma parceria, de maneira que hoje todos os alunos têm direito a 5 horas de *lan house* para suas atividades complementares: quatro para fins eminentemente de pesquisas pedagógicas e uma para entretenimento, hora livre. Achei formidável, uma iniciativa de vanguarda. O SEBRAE está no meio etc. Isso tem um valor, e para o município é um custo/benefício formidável.

Apresentamos um projeto que tramita na Casa e que também é objeto desta discussão, que contempla exatamente esta filosofia de criar uma espécie de “*passo Internet*” no Brasil, inclusive com a retaguarda e o apoio de recursos públicos federais para disseminar melhor por aí fora.



São estas observações: um aluno, um computador, em que etapa nós estamos; o custo da banda larga — sei que existe um programa nacional, e vem alguém falar sobre isso especificamente; e sobre a formação de professores, se o senhor acha exequível utilizar esse formação para o trabalho complementar nas *lan houses*.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Antes de passar a palavra ao senhor — sei que deve sair às 16h —, também quero fazer algumas perguntas, complementando as preocupações do ilustre Relator Otavio Leite.

Nós temos esta realidade de que as *lan houses* são classificadas como salas de jogos pelo IBGE. Por elas serem classificadas como salas de jogos, têm que obter uma autorização para o seu funcionamento da Vara da Infância e da Juventude. Ao mesmo tempo, com esta classificação, elas não têm acesso a programas públicos e a bens subsidiados, como *softwares*.

Um dos nossos esforços aqui é convencer o IBGE a reclassificar essa atividade, ela não mais ser considerada como sala de jogos para ser considerada outro tipo de atividade. Supostamente, ela poderia ter uma natureza cultural, uma natureza educativa, uma natureza de inclusão digital. Se tiver essa consideração como um lugar de educação, a *lan house* poderá comprar *softwares* subsidiados, talvez aqueles *softwares* educativos.

Nós também estaríamos dando uma importante contribuição para que as *lan houses* saíssem da informalidade. Ao reclassificá-las, elas teriam um enorme interesse em se formalizar para compra de *softwares*. Grande parte dos *softwares* de que elas se utilizam são piratas.

Então, queria saber sua opinião sobre esse assunto.

Uma segunda opinião, reforçando a pergunta do ilustre Deputado Otavio Leite, é se o senhor entende que possa haver parcerias em educação a distância. Enfim, como foi dito aqui de uma maneira muito resumida, mas muito própria e direta pelo Ministro interino Alfredo Manevy, já há programas, como o Farmácia Popular, em que a rede privada é utilizada para algum programa público, em parceria.



Pergunto ao senhor se haveria possibilidade de financiar a compra de equipamentos; como pontos de cultura financiam equipamentos quando esses equipamentos vão para lugares públicos, se poderia fazê-lo para *lan houses*.

Enfim, são essas as duas perguntas que eu queria fazer. A primeira ao Sr. Carlos Eduardo Bielschowsky e a segunda ao Ministro interino Alfredo Manevy.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Eu queria agradecer os 2 conjuntos de perguntas, muito interessantes. Primeiro com relação aos custos — depois eu entro no UCA, Um Computador por Aluno. Com relação aos custos, o projeto banda larga nas escolas foi um acordo de troca de obrigações com as operadoras.

Portanto, não é que o custo seja zero, ou seja, as operadoras podem expandir, fazer alguns serviços usando *backbone* e não é mais preciso fazer aqueles postos de atendimento. Em troca, elas estão colocando banda larga em todas as escolas urbanas, este ano com uma velocidade de 1 mega e no final do ano já com 2 megas ou a melhor velocidade do *backbone* que passa na porta.

Enfim, foi uma negociação conduzida pelo Gabinete Civil, pela própria Ministra, junto com o Ministério da Comunicação, que durou alguns meses. Acho que foi muito lucrativo para todas as partes.

No início, nós tivemos algumas dificuldades. O MEC iria operar com as operadoras, uns 2 ou 3 meses com a Secretaria de Educação, e hoje nós estamos numa relação excelente.

Acho que é uma parceria público-privada que deu certo. Nesse sentido, o custo para o Governo Federal é zero, sob o ponto de vista de desembolso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - A ANATEL faz o meio campo ou é o Gabinete Civil, diretamente?

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Não. Quem controla todo o processo é o MEC. Eu tenho o controle de toda a situação. Poderia falar um tempo grande, mas, essencialmente, nós temos um fluxograma em que as operadoras mostram onde o *backbone* chega. Nós combinamos com as operadoras que elas poderiam escolher inicialmente, porque não haveria como cabear o Brasil inteiro e chegar a todos os lugares ao mesmo tempo.



Então, elas vão nos oferecendo um quantitativo de escolas, de regiões que elas podem operar e nós entramos em contato com as Secretarias de Educação, temos um *call center* que entra em contato com as escolas.

Existem cenas curiosas. No início, o pessoal chegava para instalar banda larga na escola e a diretora não queria, achava que estavam vendendo o serviço.

Há toda uma operação complicada, nós temos todo um *software* de autocontrole dos sistemas, e está funcionando, não só no nosso entendimento, como também no das operadoras, bem. Nós estamos com as metas cumpridas. Nós hoje estamos com 45 mil escolas conectadas, depois de um ano e meio de trabalho.

Com relação à banda larga, o custo do PROINFO, que é o resto do programa de capacitação para colocar os laboratórios de conteúdos em 3 anos, é 1 bilhão. Nós estamos gastando 1 bilhão de reais para colocar os laboratórios de informática, capacitar os professores, fazer os conteúdos digitais.

Portanto, é um esforço expressivo do Governo Federal, colocando dinheiro direto em algumas escolas para construir laboratórios, sem contar com o esforço que está sendo feito pelos Governos Estaduais e Municipais. É um investimento pesado, sob o ponto de vista financeiro do Governo Federal e de troca de obrigações.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Equipamentos, *softwares* e conteúdos, não é?

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Nós usamos a filosofia do *software* livre. Nós somos o maior programa de *software* livre do mundo, até onde eu sei. Inclusive, parece que vamos receber um prêmio do *Guinness Book*, há comentários nesse sentido. Nós somos Linux de carteirinha, e ponto. Todo o nosso banco de objetos educacionais é *free*. Estamos fazendo esse movimento mundial com parceiros na Argentina, onde estive agora. Estou indo para a Bélgica, para pegar coisas. E temos outros parceiros para trazer conteúdos digitais que são *free*, pedindo direitos autorais e estamos colocando toda a produção, como ICT, também livre. Portanto, a nossa filosofia é não gastar um tostão em *software*, mas gastar dinheiro para produzir conteúdo com as universidades, isso sim.

O segundo aspecto que o Deputado Otavio Leite mencionou é o Um Computador por Aluno. Na trajetória de fazer cultura de informática nas escolas, o UCA está sendo considerado como uma fronteira. Não queremos desbravá-la de



uma vez só, mesmo porque não há dinheiro para isso. Ela está sendo feita em parceria com César Alvarez, da Presidência da República. Temos uma colaboração muito forte.

Tomamos o cuidado de começar com 5 escolas. Amanhã, será entregue o primeiro lote das 300 escolas — não é isso, Adriane? (*Pausa.*) Na quinta-feira. Nós compramos 150 mil equipamentos e quinta-feira as 80 escolas do primeiro lote receberão os computadores.

A RNP está instalando a infraestrutura, porque não adianta fazer isso sem iluminar por dentro a escola. Estamos com capacitação muito intensa e com todo um programa para que funcione; caso contrário, não adianta. O projeto Um Computador por Aluno na escola tem uma lógica de organização da sala de aula que é fantástica, mas é também fantasticamente difícil de implementar, porque pressupõe uma nova relação de poder entre professor e aluno e um caminhar mais forte ainda do que o laboratório sobre o conhecimento do mundo. E tem de ser trabalhada essa relação de poder. Então, o UCA neste momento está na fase de 150 mil, e a próxima etapa apenas saberemos como será quando estiver cumprida essa meta.

Além disso, provavelmente lançaremos o processo licitatório do registro de preço vinculado ao BNDES, num financiamento de 600 milhões para as Prefeituras. Daqui a 2 ou 3 meses as Prefeituras poderão entrar num financiamento do BNDES para comprar esses computadores e expandir um pouco mais a experiência. Elas vão entrar daqui a meio ano e até lá já teremos mais experiência. Então, quem tiver mais vontade, vai poder fazer.

É uma experiência que se está alargando no Brasil, mas estamos fazendo de uma maneira muito controlada, Deputado. Porque houve experiências internacionais... Inclusive, estive agora com colegas do Uruguai na Organização dos Estados Americanos em Buenos Aires e a Presidenta da Argentina acabou de anunciar que vai comprar 3 milhões desses objetos, mas a nossa posição é a de que esse é um conhecimento a ser desbravado, porque ele vale à pena. Além disso, o Brasil é muito grande e isso, evidentemente, não cabe.

Em relação à sua questão referente à posição que estamos trazendo aqui a respeito das *lan houses*, temos consciência dessa limitação. Primeiro que para usar um computador desse fora da escola, a cidade tem de estar iluminada, e as cidades



brasileiras não estão iluminadas. Portanto, mesmo que cada estudante tivesse um computador, mesmo assim não teria acesso fora da escola, porque não teria acesso à Internet e, sem Internet, entendemos que pouco uso teria. Então, não é só ter um computador por aluno, mas também ter as cidades brasileiras iluminadas. São poucas as cidades brasileiras iluminadas.

Tenho a honra e o privilégio de conviver com Piraí, onde tenho queridos amigos, inclusive o ex-Prefeito é meu amigo pessoal. Fizemos lá um centro de educação à distância que tem sido uma experiência maravilhosa. Lá também será uma cidade com computadores, mas são poucas as cidades brasileiras iluminadas. Sem iluminação na cidade, não adianta fazer isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Iluminada? O que significa isso?

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Iluminada significa a cidade estar toda com banda larga. Sem isso, não adianta, as duas coisas têm de caminhar juntas.

Com relação à formação de professores, eu quero destacar que qualquer escola brasileira pública que reúna 20 professores terá um curso de 180 horas, com 40 horas presenciais; em qualquer escola, do Oiapoque ao Chuí. Já são 3 mil e 600 municípios com 300 mil professores sendo capacitados. São cursos de 180 horas, em que se trabalha a questão da dinamização do processo de ensino e aprendizagem. Isso numa rede de mil núcleos de tecnologias educacionais.

Portanto, essa questão está superada. São 300 mil professores e podem ser 1 milhão. Temos capacidade instalada para fazê-lo. Oito mil colegas fazem esse processo em parceria com os Governos Estaduais e Municipais, com bolsas do MEC, o que é um ponto fundamental.

A inclusão nessa capacitação do Fora do Muro das Escolas, ideia que está sendo discutida aqui, precisa ser pensada. Não tenho muita clareza de como poderíamos incluir nessa formação que está acontecendo com um sexto dos professores brasileiros. Enfim, a questão está resolvida em termos operacionais, o material é bom, etc., e vamos pensar em como transcender os muros das escolas com o apoio, eventualmente, das *lan houses*.



A questão está em aberto. Não tenho uma resposta para sua observação, que fica mais como uma provocação para reflexão para terminarmos conversando com o Ministério da Cultura a respeito. Talvez seja interessante.

Temos um programa chamado Aluno Monitor, que forma alunos e lhes dá uma bolsa para utilizarem o serviço de laboratórios das escolas, o que já é uma ponte para a utilização dos laboratórios da escola à noite e nos finais de semana. Temos a intenção de, eventualmente, estender isso às escolas rurais. Pode ser uma ponte também. Não sei. Está confuso para mim, mas fica a provocação.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sem dúvida, a ideia enseja uma reflexão pedagógica. Precisamos chamar os professores para pensarem sobre isso. Agora, aparentemente, é um desenho simpático.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Sim. Chamou-me a atenção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Sugiro que essa pergunta seja respondida pelo Ministério da Educação.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Ótimo. Será um prazer.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Estamos na fase de reflexão para que seja elaborado o relatório pelo ilustre Relator Otavio Leite, e, evidentemente, se o Ministério da Educação tiver uma proposta nessa direção, podemos avançar na regulação e dar um passo adiante, para que essa rede fenomenal de *lan houses* possa servir para a finalidade educacional.

Então, a pergunta formulada aqui fica para ser respondida pelo Ministério da Educação. E, Deputado Otavio Leite, sugiro que o Ministério da Educação e o Ministério da Cultura indiquem assessores para nos ajudarem na definição desses marcos legais para o estímulo à educação e à cultura nessas casas de inclusão digital.

O que pensa V.Exa. sobre isso?

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sem dúvida, concordo, Sr. Presidente. É óbvio que há critérios e procedimentos pedagógicos que têm de ser observados, enfim. Mas a questão parte de uma constatação óbvia de que há oferta, de que as portas estão abertas.

Em vez de elas estarem situadas num edifício público, estão numa instituição privada, informal, que, para se formalizar, tem de obedecer algumas regras, algumas



questões que minimamente estabeleceremos, e, para vir a ser utilizada como eixo complementar ao pedagógico, também tem de observar alguns procedimentos que precisamos construir, para que, embora não seja uma camisa de força — isso, jamais —, também tenha a preocupação de evitar distorções da ideia.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Essa observação, primeiro, guarda relação com o quarto tópico que o senhor levantou, e eu gostei muito de saber da experiência de Sergipe. Depois, inclusive, se o senhor pudesse nos dar...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - A eficiente Secretaria da Comissão providenciará, e o senhor sairá daqui com os telefones e tudo o mais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - É importante V.Exa. ter ressaltado da eficiência da nossa equipe.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - E a simpatia também, como tive oportunidade de observar.

São ideias interessantes. E estamos realizando um trabalho no sentido de oferecer conteúdos digitais e de conectá-los entre professores e alunos. Ou seja, haverá o portal do professor e o portal do aluno, e os conteúdos estarão lá. Essa dinamização pode dar samba. Não sei. É uma questão para se pensar.

Eu gostei muito da informação da experiência de Sergipe, e é claro que a nossa posição — faço minhas as palavras do Ministro Alfredo quanto à questão da liberdade, e também minhas as observações do colega sobre a sinuca. Também sou da época da sinuca. Aliás, convido V.Exa. para, um dia, jogarmos juntos e rememorarmos os velhos tempos, em que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Em que se matava aula ...

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - Eu não chegava a matar aula, mas...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - Se eu soubesse do sucesso de quem jogava sinuca, também teria jogado.

O SR. CARLOS EDUARDO BIELSCHOWSKY - A sinuca era muito legal.

Enfim, faço minhas as observações do Dr. Cláudio e as palavras do Ministro Alfredo, de que não é uma questão de controle. Não está claro, mas está registrado.

Com relação às questões levantadas pelo Deputado Paulo Teixeira, não tenho clareza sobre a questão do IBGE. É a informação primeira, mas, quanto ao



segundo problema, que tem a ver com os pontos levantados pelo Deputado e com a experiência de Sergipe, já combinei com o Ministro Alfredo. Ficou marcada uma reunião para daqui a duas semanas sobre o portal de domínio público, e acho que podíamos incluir isso na nossa pauta. Consultarei o Ministro também. Mas me parece interessante. Inclusive já pedi à Assessoria que me lembre disso.

Será possível visitarmos a experiência de Sergipe? Será que há algum mecanismo para... Isso é novo para mim. Estou ouvindo agora, mas pode ser bem interessante o encontro de mecanismo para transcender os muros da escola, sem ter de criar uma estrutura burocrática e, ao mesmo tempo, incluindo socialmente.

Então, saio daqui com algumas ideias e agradeço à Comissão a oportunidade de participar desta Mesa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Paulo Teixeira) - V.Sa. já havia nos avisado que teria de sair às 16h, então, esta Comissão o libera precisamente às 15h59min, portanto, 1 minuto antes do prazo.

Queremos também solicitar a V.Sa. que contribua para essa regulação, uma vez que se trata de tema que pode ter enorme repercussão na formação do povo brasileiro.

Então, muito obrigado a V.Sa. pela presença, e agradecemos também ao Ministro Fernando Haddad.

O Secretário Luiz Cláudio — e aqui já foi ressaltada a eficiência da Comissão —, já está passando a V.Sa. o contato do Prefeito de Estância.

Também tive um problema de horário. Pedi para marcar uma reunião às 5h com a Ministra do Meio Ambiente, mas a reunião foi agendada para as 16h. E é uma reunião que envolverá muitos Parlamentares.

Então, eu peço ao Vice-Presidente da Comissão, Deputado Efraim Filho, que assuma a direção dos trabalhos nesta parte final das discussões.

Passo, portanto, a presidência ao Deputado Efraim Filho e peço desculpas aos demais presentes, mas tenho necessidade de sair neste momento.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Muito bem, Presidente.

Lamento não ter chegado antes. Estava, até há pouco, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, porque, infelizmente, há choque de horários



no que diz respeito às reuniões dessas duas Comissões — e lá assumi, também na condição de Vice-Presidente, a condução dos trabalhos. Foi um debate polêmico o que se travou ali.

Mas, dando continuidade a esta audiência, confirmo com o Relator, o nobre Deputado Otavio Leite, se tem algum informe a fazer no momento, para darmos o andamento ao processo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Na verdade, Sr. Presidente, penso que a palavra haveria de retornar a mim, para que eu possa continuar as indagações, uma vez que...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Pois a palavra continua com V.Exa., então. Fique à vontade.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Obrigado, Sr. Presidente.

Como disse, ouvi com muita atenção as reflexões estimulantes do Dr. Claudio Prado sobre esse que é um tema que nos convida a uma reflexão profunda, que nos chama muito a atenção — e é preciso realmente mergulhar na matéria. Estamos a cuidar da ideia de elaborar um diploma legal para o Brasil como um todo que seja simples, objetivo, estimulante, não cerceador, que compreenda o fenômeno das *lan houses*. Enfim, que isso sirva de ponto de apoio para a expansão cultural, educacional e social brasileira.

Como a regra jurídica interpreta muito as diretrizes emanadas da sociedade, nesse caso talvez explique fato ocorrido alguns anos atrás, quando um Parlamentar sugeriu uma restrição que hoje, particularmente, não vejo como cabível. Se observarmos, veremos que as leis estaduais e municipais que tratam do assunto são todas restritivas. Diria eu que, na *pole position* dessa pesquisa, estão aquelas que restringem a distância em relação a uma unidade escolar, e queremos inverter esse processo.

Na compreensão de que a regra jurídica também tem essa capacidade, até para ser a mais legítima possível e interpretar os anseios da sociedade, nada obsta que a regra jurídica também seja um mecanismo de ruptura de modelos, e ainda que incompreendida em determinado momento, seja vanguarda no processo histórico. É um pouco ousada essa afirmação, mas não vejo nenhum problema, desde que bem situada, para que haja exequibilidade, senão é mera retórica ou uma norma



programática que não se consolida naquilo que queremos fazer acontecer, e não tem a eficácia jurídica.

Não adianta legislar sem compreender que a eficácia jurídica é um fim em si; do contrário, vamos apenas filosofar. Essa é uma discussão doutrinária, mas temos de avançar. A filosofia do Direito inspira, mas, por fim, chega-se a um viés mais positivo no sentido de oferecer ao ordenamento jurídico brasileiro alguma coisa promissora e importante.

Lembro-me de que, quando era mais garoto — aliás, dizer “mais garoto” é até uma ousadia de minha parte —, nos idos do colégio, fazendo um trabalho em grupo na casa de um dos meus colegas, a mãe dele, um mulher de muita cultura, recomendou que lêssemos *A Terceira Onda*, de Alvin Toffler. Não li, mas parece-me que, em outro texto, ele chegou a entrar no tema da informática. Peço ao senhor que me corrija e me ilustre, apenas por uma dúvida, porque o senhor fala das palavras, do dialeto, do senso comum, de coisas do gênero.

Não custa lembrar que, poucos séculos atrás, no Rio de Janeiro falava-se preponderantemente tupi-guarani, e muitas expressões que usamos são originárias do tupi-guarani. Houve a evolução dessa dinâmica social, e, hoje, a juventude cria e pratica em profusão neologismos, termos e expressões inadequadas à linguagem formal. Esta juventude, esta geração, daqui a 20, 30 anos, estará naquilo que é a superestrutura do Estado brasileiro, em uma linguagem gramsciana.

Certamente ocorrerão novas reformas ortográficas ou linguísticas, nas quais isso irá se consumir. Esse é, sim, um convite à reflexão. Hoje, na Internet, muito se redige sem acentos e não sei o que isso vai gerar. Em Portugal o acento também não é muito bem-vindo, não é muito utilizado — será que isso é o retorno, como dizem os lusos, à pátria mãe?

Desculpem-me as ilações, mas estou botando para fora um pouco da reflexão que me vem esta tarde.

As *lan houses* são o conjunto, o somatório de unidades de acesso ao mundo e, ao mesmo tempo, uma microempresa, um espaço de integração, de comunicação, de acesso ao Estado, de exercício da cidadania e de facilidades do cotidiano, em uma urbe em geral cada vez mais neurotizada, dificultada, no que diz respeito à comunicação, inclusive por causa do transporte etc.



Também não acho que os Correios vão muito mal por causa das *lan houses*, mas muita gente está usando as *lan houses* para substituir os Correios. Os Correios não vão bem, realmente, haja vista que as mensagens de Natal encaminhadas em dezembro chegaram ao destinatário apenas no final do mês de janeiro.

Essencialmente, quero ouvir a posição do Dr. Claudio. E a reflexão que retribuo é no sentido de que, se temos de lutar para que as pessoas tenham acesso a esses bens civilizatórios — e são culturais também o cinema, as obras musicais etc. —, há de se compreender que, atrás de um bem cultural, existe alguém que vive dele, então, precisamos encontrar uma saída para a remuneração dos direitos autorais. Essa é uma discussão.

Discutimos nesta Casa, por meio da PEC da Música, a ideia da desoneração completa da cadeia produtiva da música, do fonograma e do videofonograma produzidos no Brasil por músicos brasileiros, com a intenção de baratear, na ponta, o CD e o DVD. Mas essas peças culturais já não são mais, diria, protagonistas nesse mercado, pois a convergência para o celular, ou seja, para a telefonia, ganha cada vez mais espaço. Milhares de brasileiros sobrevivem de música e não podem viver apenas de *shows*. É preciso compreender a necessidade de se encontrar um caminho.

Por que digo isso? Porque as novas gerações nascem e vivem um cotidiano sob o desígnio de uma liberdade bem-vinda, mas que tem condicionamentos e implicações que precisam ser refletidas, como os direitos autorais dos artistas etc. Como solucionar? Não sei se os senhores pensaram um pouco sobre isso, mas quis trazer essas reflexões à sua consideração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Seguindo a ordem, passo inicialmente a palavra ao Dr. Claudio Prado, Presidente do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital.

O SR. CLÁUDIO PRADO - Há várias provocações interessantes para uma boa discussão.

Quero dizer apenas que Piraí é a cidade precursora da ideia do computador por aluno. E essa informação diverge do que foi dito, porque Piraí já disponibilizou um computador por aluno para todos os alunos da rede municipal de ensino fundamental, e todos eles estão conectados.



O aluno leva para casa o computador que usa na sala de aula, e, com isso, se forma uma rede de acesso local, uma rede *mesh*, em que há transmissão de um computador para outro. Quando trafegam com o computador pessoal (um pequeno computador) da escola para casa e da casa para a escola, esses alunos estão levando a rede para a sua casa, para a sua comunidade e para o entorno, e conversam entre si e com quem estiver conectado à rede a partir de casa. Eles usam um mecanismo móvel, portátil, porque é um computador pequeno, levam para casa e formam de fato uma *lan house*, ou rede de acesso local.

Isso funciona na cidade inteira de Piraí e está revolucionando completamente as possibilidades, as perspectivas desse aluno, o que lhe abre um horizonte extraordinariamente diferente, porque ele está articulado, ele está plugado no mundo. Ele não está mais plugado apenas à escola, discutindo as matérias. Ele está discutindo com o mundo, ele está plugado ao mundo.

A perspectiva disso é profundamente revolucionária, e o processo é inexorável, na verdade. Antigamente, o professor era o indivíduo que tinha conhecimento, e ficava num pedestal, como este aqui, enquanto os alunos sentavam na parte mais baixa da sala, como estamos aqui. Hoje em dia, isso acabou. Não há mais a ideia do professor que sabe e do aluno que não sabe. Se o professor disser “blá-blá-blá”, e o aluno estiver conectado, pesquisa “blá-blá-blá” no Google e diz: “*Professor, não é bem assim. Existe ‘ble-ble-bli-bli-blo-blu’, ‘bla-ble-blu-bla-blo-bli’*”. Como lidar com a velocidade que a Internet proporciona ao conhecimento é exatamente uma das questões extremamente revolucionárias que precisam ser encaradas por quem está na idade pré-digital, que é quem decide.

Vimos, no debate da Lei Azeredo, quão inadequadas eram aquelas posições. E, graças ao espadachim Sérgio Amadeu, conseguimos trazer à luz o entendimento de que não era a Internet que era ruim, mas certos aspectos que a Internet, inclusive, traz à tona com muito mais facilidade. Hoje, é muito mais fácil achar um pedófilo do que antes de a rede existir.

A experiência de Piraí é extremamente interessante e precursora. Hoje todos os alunos do ensino fundamental dispõem de um computador. E é fantástico o que está acontecendo lá. Aliás, o Ministro Gilberto Gil, um precursor da cultura digital no



Governo, cantou isso em verso e prosa: “Piraí, Piraí, Piraí”. Portanto, essa ideia já está na música popular brasileira.

Tive agora a informação de um número, que eu desconhecia: 70% dos alunos usuários do computador aprendem sozinhos. Isso significa que não há mais necessidade de professor para ensinar aluno a usar a Internet. Quem tem de aprender é o professor, não é o aluno. O aluno já sabe. O aluno até ensina o professor, se este tiver tranquilidade para parar e ouvir o aluno. Então, essa outra questão da horizontalidade que a Internet permite é extremamente interessante.

Adan Toffler, que o senhor mencionou, inventou o *prosumer* muito antes de o digital existir. Ele é um precursor, é um visionário extraordinário. Rerler Toffler é uma coisa fantástica, porque ele previu coisas extremamente interessantes, muito antes de elas realmente acontecerem.

Uma outra coisa também mencionada aqui foi a questão da nova linguagem, a Internet. No mundo inteiro, as pessoas que dialogam pela da Internet falam uma língua diferente em que muitas palavras são abreviadas. É uma língua nova. Isso é criticado por um lado, mas, por outro, é extraordinariamente fantástico. A Internet trouxe um benefício extraordinário para a comunicação escrita. Há 3 gerações que não se comunicam por escrito. Nossos avós escreviam cartas; nossos pais, menos, e nós, muito menos. Os moleques não escrevem cartas de jeito nenhum, mas eles se comunicam por escrito por causa da Internet. E estão reinventando a escrita, assim como fez Guimarães Rosa.

A nova linguagem não é ruim em relação à linguagem clássica, oficial, tradicional. Aliás, a linguagem oficial é mutável, e é mutável pelos seus usos diversos.

É a reflexão que eu queria fazer. No meu entender, a Internet tem trazido benefícios extraordinários. E, nesse sentido, a *lan house*, como *locus* de escolha da população brasileira de acesso à Internet, pode e deve ser usada pelo Poder Público como um todo como meio de acesso a inovações e transformações no que diz respeito a ensino, e é um meio de diálogo fantástico com a população. Defendo que exista algo para além de laboratórios de informática nas escolas, o que é uma coisa extraordinariamente interessante. Mas, quando se fala de um computador por aluno, o laboratório de informática passa a ser uma coisa absolutamente do século anterior



a essa ideia de todo mundo conectado. E a ideia de todo mundo conectado não está distante. O computador hoje está cada vez mais barato, as coisas estão realmente caminhando para tanto. Isso é inexorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Em seguida...

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Desculpe, Sr. Presidente.

O senhor fez referência a uma pesquisa do CGI desta semana. Há alguma coisa nova? Porque o CGI esteve aqui conosco...

O SR. ALEXANDRE BARBOSA - Deputado, foi lançado esta semana a pesquisa TIC Domicílios 2009, cujos resultados o Claudio Prado mencionou. A pesquisa está disponível no *site* do CETIC para *download*, e todos esses indicadores estão lá. É essa pesquisa que V.Exa. está usando, só que é um número mais atual. Essa é de 2008, e me referi à publicada este ano a de 2009.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Sr. Presidente, poderia a nossa eficiente equipe da Secretaria providenciar uma cópia para cada Deputado? É importantíssimo. Eu já deixo de ler essa. Já vou ler a outra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Seria interessante. Faremos a requisição à Secretaria da Comissão, para que, assim que possível, ela nos dê o retorno.

O SR. ALEXANDRE BARBOSA - Pode-se baixar pela Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - A Secretaria pode assumir essa responsabilidade de baixar, organizar, encadernar e nos passar isso para os gabinetes, se for o caso, ou até por via digital. Isso fica a critério da Secretaria, Relator. Se pudermos já encontrar pronta, seria muito bem-vinda da nossa parte e facilitaria o nosso trabalho.

Concedo a palavra a V.Exa., nobre Deputado Otavio Leite.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Quero crer que o número — isso foi fixado na minha cabeça — revelava que, de cada 100 brasileiros que acessam a Internet, 48 o fazem por intermédio de *lan houses*. Pelo que disse o Dr. Cláudio, cresceu o volume de brasileiros que acessam de sua residência. Isso significa a expansão da aquisição de equipamentos pela classe C e também pela classe D.



Quero saber mais sobre esse percentual, porque estamos falando do espaço de um ano, espaço de tempo em que as mudanças, nesse setor, podem ser perceptíveis e interessantes.

O SR. CLÁUDIO PRADO - Eles fazem pesquisa todos os anos. No ano passado, já se dava como decrescente o acesso por meio de *lan house* e como crescente o acesso doméstico. Este ano, o volume de acesso doméstico passou o das *lan houses*. Tenho aqui os números. Vou tentar achá-los.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Perfeito. Depois vamos examinar. Será que foi o pico das *lan houses* como fenômeno? Nas hipérboles das estatísticas, teria sido o ano passado o pico das *lan houses*? É possível que sim. O Deputado Efraim, que luta muito em seu Estado pelo acesso sobretudo dos jovens à Internet, sabe muito bem o quanto a *lan house* ainda é importante na área rural.

O SR. CLÁUDIO PRADO - Este ano, eles deram destaque para comparações entre urbano e rural na pesquisa como um todo. Trazem com muita clareza a diferença e a importância dessa questão que V.Exa. está abordando aqui. A pesquisa está bem focada nessa direção. Mas, na minha percepção, a *lan house* tem de se transformar em um espaço de socialização do conhecimento, de troca pessoal, porque o acesso à informação alimenta e estimula as trocas interpessoais, reais, presenciais.

A ideia de que a pessoa sozinha em casa fica informada está incompleta, porque ela tem de debater, discutir, e isso traz a possibilidade de a *lan house* se transformar em centro cultural mesmo, no sentido mais pleno e amplo. Por exemplo, onde o indivíduo vai fazer sua declaração de Imposto de Renda, agora que só vai ser possível entregá-la pela Internet? Ele vai à *lan house*. E lá há pessoas que ensinam a fazê-lo. Essa pesquisa indica a importância, o déficit que o Poder Público tem em relação à informação disponibilizada, mas o volume de informações vem crescendo de forma fantástica. O conceito de poupar tempo, nessa nova realidade, é extraordinário, mas a população não vai à Praça da Sé, vai a uma *lan house*, e poupa tempo.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Nesse final de semana, Sr. Presidente, visitei algumas *lan houses* em regiões do subúrbio do Rio de Janeiro sem avisar. Foi muito interessante e curioso. Estou observando o máximo que posso a evolução



desses tempos. As pessoas ficam em silêncio nas *lan houses*, que ficam cheias de jovens. Fui a áreas populares.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Passo a palavra ao Ministro Alfredo Manevy, para que S.Exa. possa fazer suas observações em torno do que foi posto pelo Relator, o Deputado Otavio Leite.

O SR. MINISTRO ALFREDO MANEVY - Obrigado, Sr. Presidente, Deputado Efraim Filho. Quero aproveitar para dizer da minha enorme satisfação em poder participar aqui no Congresso Nacional desta discussão e ouvir o ilustre Deputado Otavio Leite, Relator da matéria.

Esta oportunidade nos permitiu uma reflexão mais de fundo, menos presa aos aspectos estritamente pragmáticos, mas sem desconsiderá-los em nenhum momento, ou seja, pudemos trazer a discussão para o patamar que, sem dúvida, merece estar.

Quero levantar algumas questões que fortalecem essa ideia que muito me sensibiliza lá no Ministério também — e, desde já, coloco-me à disposição, assim como minha equipe, para sermos absolutamente parceiros no plano técnico e político dessa formulação. Se, mesmo num cenário de queda de presença econômica, o que, eventualmente, evidencia que chegamos ao pico, a *lan house* se estabelece como um campo que vai atender as classes D e E e a área rural, acho que faz sentido toda essa discussão, pensando no futuro do Brasil e numa política para essa área como complemento à questão da conectividade.

Colocar os brasileiros em conexão com a Internet é um tema de que tanto a área pública como a privada vêm tratando com planos e metas. O que me parece estarmos tratando aqui é da qualificação do uso da rede. Queremos os brasileiros conectados? Sem dúvida, mas quais são os usos e qualificações que vão ao encontro da fala do Cláudio? A *lan house* oferece mais do que uma conexão, o que talvez a escola e a própria residência também possam oferecer. Não estamos falando aqui de qualificação, porque esse é um tema que o Brasil ainda não assimilou. Estamos priorizando a discussão da conexão, o que é importante, mas discuti-la é parecido com a discussão da própria qualidade do ensino. Foi importante investir na universalização do acesso ao ensino, mas, agora, a qualidade se impõe



como um tema fundamental. A questão da Internet é parecida, ou seja, a conectividade está num horizonte de planejamento, mas a qualificação é importante.

Recentemente, pesquisa feita no telecentro da biblioteca Mário de Andrade, em São Paulo — vejam que estamos falando de uma biblioteca pública, ou seja, de um lugar onde, em tese, há um contato direto e presencial com as obras da civilização —, sobre o uso da Internet. Em primeiro lugar, está o uso para navegar em *sites* pornográficos; em segundo, para conexão interpessoal, e, em terceiro, para jogar *videogame*. Eu mesmo disse aqui — e é importante reiterar — que todos esses usos são legítimos, e partem da liberdade do acesso de cada indivíduo à rede.

Naturalmente, o que a rede traz de grande novidade à vida cultural da sociedade contemporânea é a possibilidade de experimentar conhecimentos, conteúdos, trafegar por universos e instituições que entram na rede, conectar-se com redes sociais e políticas institucionais, o que é algo sem precedente.

Há uma pergunta a ser respondida: como as políticas públicas, envolvendo tanto o setor público como o privado, como é o caso das *lan houses*, podem contribuir nesse processo, gerando qualificação e ampliando o repertório cultural de informação para aqueles que frequentam?

Nesse sentido, a ideia que surgiu e que acho que deveria ser levada à frente — e coloco o Ministério à disposição para estar junto nisso — é a de desenhar de fato um diploma legal que traduza a formalização das *lan houses* em incentivo, em apoio, mas também promova a sua aproximação com esse universo do lado de cá, que é o da cultura, da educação, da formação, da qualificação de todas as formas. Acho que é possível induzir essa aproximação.

Creio que sua fala, Deputado, vai nessa direção, e a do colega do MEC também. O quebra-cabeça — e, aí, na linha da sua preocupação com a eficácia do diploma — talvez seja encontrar os meios e mecanismos que tornam isso possível. Queremos formalizar as *lan houses*, trazê-las para a formalidade, mas dando estímulos para que, além de elas se formalizarem, venham a prestar serviço para a comunidade, que elas possam, por adesão, e não por imposição, entrar num programa em que a educação tenha uma porta de entrada, que elas possam ser



isso o que o Cláudio disse: um centro cultural, uma biblioteca. E acho que é perfeitamente possível fazer isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - E os alunos usariam o vale *lan house*.

O SR. MINISTRO ALFREDO MANEVY - Acho que usariam. Por exemplo, se desenhamos um programa de *lan house*, cultura e educação, em que, ao aderir a ele, essa *lan house* recebesse incentivos para se formalizar, para cumprir os seus ritos empresariais formais e, ao mesmo tempo, estímulos para se atrelar à educação, à cultura, à informação e a outras questões, como serviços públicos, saúde, por aí, a nossa imaginação de formuladores de políticas públicas pode ir muito além disso.

Sáímos da defensiva no que diz respeito à questão da *lan house*, quer dizer, as *lan houses* se transformam em solução — e acho que elas provavelmente já estão cumprindo um papel nas comunidades, mesmo que o Estado tenha dado as costas a esse fenômeno ao longo de sua proliferação. O próprio Poder Executivo, do qual faço parte neste momento, está botando energia na questão da conectividade, que é superimportante, mas não estamos priorizando a questão das *lan houses*. O Congresso pode cumprir um papel de luz emulador, e esta audiência, esta Comissão Especial, ao gerar um diploma legal, pode produzir uma contribuição.

Hoje há um vazio, e uma coisa que sempre disse aos colegas que estão na audiência é a preocupação desse vazio não ser enxergado como foco de política pública.

Para fechar esta parte da minha fala, quero dizer que o Ministério da Cultura está à disposição para, além do Vale Cultura, que é um programa que já está aqui tramitando, contribuir na questão da *lan house*, irmos além disso. Na revisão do PPA, por exemplo, em maio, por que não desenhar um programa de 4 anos, com uma base de consenso no Congresso, com uma visão suprapartidária que fique como um piloto, produto dessas audiências no Congresso?

Disponho-me, tanto no Ministério da Cultura como junto com o colega da Educação, a abrir essa discussão do ponto de vista do Executivo em parceria com o Legislativo. Muitas vezes, vejo o Congresso dizer, com toda a razão, que o Executivo pauta os temas, mas o Congresso não tem, às vezes, o tempo e o espaço



de trazer as grandes questões do Brasil à tona, e acho que essa é uma demonstração para mim muito clara da contribuição que o Congresso Nacional vai dar como complemento ao que o Executivo está fazendo e não está discutindo. Hoje, o Executivo não está discutindo isso, e é um tema que tem de ser trazido à tona. Essa é uma contribuição realmente muito relevante.

Passo agora à questão do direito autoral levantada pelo Relator, Deputado Otavio Leite. De fato, a remuneração é decisiva. Não é possível pensar uma economia da cultura nem uma economia da criatividade sem o direito autoral no mundo contemporâneo, e não só o direito autoral, tal como ele foi no século XX, mas fortalecê-lo para século XXI, na convergência tecnológica. Dessa forma, ele poderá ser exercido num momento em que se dissolvem modelos de negócio tradicionais, em que fronteiras tecnológicas geram acesso sem precedentes. É preciso atualizar a noção de direito autoral, para que ele possa ser exercido e vivenciado nesta era.

Essa é uma grande preocupação do Ministério hoje. Na verdade, hoje o direito autoral está fragilizado no Brasil, está fragilizado e em desequilíbrio. Se pensarmos nas relações entre autores e editores, nas empresas que financiam tanto música, quanto cinema, bem como no mercado editorial, veremos que a reclamação dos artistas é imensa diante do desrespeito aos direitos autorais e tudo o mais.

Houve também uma dificuldade da indústria cultural de entender esse novo momento e se adaptar a uma realidade que estava batendo à porta já nos anos 90, anunciando mudanças, e insistir nos velhos modelos tradicionais da indústria cultural, CD ou DVD, que são importantes e vão continuar existindo, mas não vão para o centro dessa nova economia que está aí.

A grande questão a ressaltar é que por trás da Internet há uma economia. A conexão com a Internet é paga na conta telefônica, existe um *business* por trás da construção da Internet. Ela pode até chegar gratuita na ponta — e raramente chega —, mas, mesmo assim, existe um financiamento por trás. Então, se há um financiamento e uma economia por trás, por que eles estão subjacente e não explícitos, para que possamos remunerar os artistas e produtores que detêm direitos e criarmos uma economia equilibrada na Internet, em que possamos contemplar os artistas e criadores intelectuais e gerar o acesso na outra ponta?



O que vemos hoje é uma obsolescência da nossa legislação para direito autoral no Brasil. Mesmo a de 1998 é defasada em relação ao universo digital. Baixar um arquivo para uso privado, MP3, um celular, é algo que está na ilegalidade no Brasil. Quando se copia um arquivo de música, sem nenhum fim comercial, sem nenhum fim de pirataria, coisa que a maior parte da população que compra esses aparelhos de MP3, importados ou nacionais, ou um celular, faz está fora da legalidade no Brasil. Ou seja, a nossa legislação não enxerga algo que em países da Europa e nos Estados Unidos torna possível ampliar o acesso ao conhecimento, que é o uso justo, sem fins comerciais, que não fere o negócio e a economia da cultura.

Então, por essa razão a nossa lei tem dificuldade de adequação à contemporaneidade. E tem dificuldade também de enxergar essa questão que o senhor levantou, Deputado, a da remuneração dos direitos. Ela não reconhece a dinâmica digital, a Internet como parte do sistema autoral. Então, há uma lacuna grave que dificulta a arrecadação e o acordo entre eles. Quando há acordo, são os de varejo que são feitos para liberar uma música, um filme, o que, na verdade, prejudica os autores, que ficam à mercê de negociações pontuais, em que eles são obviamente o elo fraco, diante de uma telefônica ou de um provedor, e o usuário que, por sua vez, também fica à mercê de um modelo de negócio altamente tarifado e que vai além da própria tarifa de conexão da Internet.

Alguns países construíram algo que acho tem de se feito no Brasil, e o Ministério tem se colocado à disposição para ser moderador nesse debate entre setor privado e setor privado, entre os artistas — detentores de direitos intelectuais de um lado, e provedores e telefônicas, de outro —, para que possamos construir uma coisa que países como a Espanha já têm: o gravame. Dessa forma, em vez de fazer um sem-número de pequenos acordos no varejo, em que no fim quem é penalizado é o usuário da Internet, que tem de pagar, além do uso da Internet, mais um monte de pequenas contas de música e de filme, para consumi-los na legalidade. Países da Europa construíram um grande acordo entre os detentores de direitos intelectuais e provedores de telefonia, de forma a que haja uma contribuição das telefônicas para essa arrecadação e a distribuição a partir de critérios a serem debatidos e definidos, mas que são plenamente possíveis. Até porque a Internet tem audiência, medição, não é um lugar em que não se sabe o que acontece. É possível



arrecadar de um lado e distribuir de outro. O melhor de um modelo como esse é não penalizar a sociedade, o usuário, porque esse poderia ter na Internet um grande repertório de acesso a músicas, filmes e televisão, na legalidade, como é o desejo da maior parte dos brasileiros que usam a Internet, sem ficarem constrangidos com esses modelos que hoje estão à disposição.

O Ministério tem procurado promover esse debate. Apresentaremos à sociedade, em breve, um projeto de lei. Após 3 anos de discussão, colocaremos para consulta pública uma proposta de atualização desse marco legal da lei autoral, que visa justamente a sua atualização. No Japão, inclusive, isso é atualizado de 5 em 5 anos. No Brasil temos 12 anos de defasagem, o que preocupa.

Fora isso, temos uma reclamação imensa de artistas no Brasil inteiro contra o ECAD. É uma caixa-preta, não há critérios e transparência na distribuição dos recursos arrecadados. A queixa é imensa. Sempre que venho ao Congresso também recebo muitas queixas dos Parlamentares a respeito. O objetivo do Ministério não é arrecadar por intermédio do ECAD, mas promover transparência. Queremos que o ECAD se modernize, afinal, é uma instituição de interesse público. A arrecadação é privada, e tem de continuar dessa forma, mas tem de haver controle público, transparência e critério. Essa é a única questão que estamos levantando.

Ontem foi criado em São Paulo um comitê contra a possibilidade de haver uma consulta pública sobre a reforma do direito autoral, alegando que o Estado quer arrecadar pelo setor privado. Isso não é verdade. Queremos apenas que haja supervisão pública, que o Tribunal de Contas da União ou o Ministério Público possam observar sua atuação, porque a queixa é imensa sobre a falta de transparência. As taxas de administração da ECAD beiram os 30% para os administradores, o que também não é condizente nem com a eficiência, nem com a transparência. A questão do direito autoral é importante e tem interface com a *lan house*. Consideramos decisivo que esse tema entre em pauta no Brasil.

Não haverá economia do conhecimento no século XXI, o Brasil não será um grande protagonista nessa área se não fizermos da propriedade intelectual um tema central. Hoje comemoramos um superávit na agroexportação, em setores de *commodities*, que são importantes e necessários, mas na área da cultura, onde o



Brasil é referência no mundo inteiro por meio da música, do cinema e da criatividade, a nossa balança comercial em direitos autorais é deficitária, o que para mim é uma incógnita. Não consigo entender, acho isso um paradoxo. Precisamos fazer da economia da cultura um tema central.

Com o modelo autoral atual, de fato as *lan houses*, mesmo se formalizando, permanecerão na ilegalidade, porque continuarão a fazer *download*, cópia de arquivos para uso não comercial. É preciso combinar o diploma que vai regularizar as *lan houses* com a criação desse novo diploma para o direito autoral que autorize usos não comerciais, mas legítimos, como nos Estados Unidos e na Europa.

Agradeço o convite para participação.

Terei de me retirar em seguida, mas agradeço muito o convite aos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Ministro, o Relator solicita a palavra para suas conclusões.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Serei breve.

É evidente que nem a Comissão nem o Relator têm a intenção de enveredar por caminhos que necessitam do seu curso próprio, seja no marco civil da Internet que está em consulta pública, seja na questão dos direitos autorais. Estamos cuidando das *lan houses* e queremos vê-las, tal qual aqui se desenhou, operando e exercendo um papel positivo para o Brasil.

Discutiremos essa questão em um momento oportuno, mas, em hipótese nenhuma, podemos transigir o direito do autor. O autor não pode deixar de ser remunerado, ele vive essencialmente disso. As sociedades arrecadadoras, mal ou bem, existem. Se há críticas, há também aplausos, pelo menos ao que existe em termos de esforço para arrecadar direitos autorais.

No tempo em que quase votamos a PEC da Música e o Ministério se pronunciou a favor dessa PEC, o freio que sentimos e que a cultura brasileira sentiu aqui foi dado pelo Governo. Depois fomos ao Ministro Mantega, e até hoje, Presidente, não foi dado retorno em relação à alternativa que o Governo oferece para essa desoneração da cadeia produtiva da música. Entendíamos que, quanto mais barato fosse o produto, mais facilmente seria consumido e mais possibilidades o povo teria de consumir. Como disse o Ministro interino, com muita propriedade, há, na verdade, insumos muito severos. Se baixarmos uma música de quem quer que



seja de maneira formal, vai haver uma incidência de 35% só de ICMS. Não faz o menor sentido.

Então, as operadoras têm que ser chamadas à fala também nessa questão. É preciso encontrar um denominador, mas em hipótese alguma podemos transigir com o direito dos autores. Eles vivem disso, a poesia vive disso, a arte vive disso. Alguns chegaram a um estágio material Y, mas apenas alguns, dentre milhares e milhares e milhares que procuram, nos bares da vida, o seu lugar ao sol.

O SR. CLÁUDIO PRADO - Eu gostaria de comentar isso.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Pois não.

O SR. CLÁUDIO PRADO - O modelo de direito autoral a partir das possibilidades que a tecnologia digital oferece, de distribuição, acesso e conhecimento, tem que ser revisto de A a Z. O grande drama das sociedades arrecadoras é querer manter a regra original. É a mesma coisa que dizer que é proibido fazer avião porque a indústria do navio vai à falência. Primeiro, não é verdade. Segundo, não se proíbe o avião porque vai prejudicar o navio. Isso não faz sentido.

O que está acontecendo na verdade é que ninguém está se debruçando sobre essa questão direito, a não ser — e aí eu acho que o Governo tem que entrar — no que se refere às novas possibilidades de acesso. Quem fez isso foi o mercado. Há o exemplo da Radiohead. Várias bandas estão ganhando dinheiro oferecendo de graça as suas músicas, muito dinheiro. Existe uma nova modalidade financeira que está por trás dessas novas realidades. Existe um fato que precisa ser levado em consideração. Eu garanto... Eu estou convicto é melhor do que eu garanto. Eu estou convicto de que não há modelo único para direito autoral a partir da possibilidade do digital. Os modelos de como eu desenvolvo a minha música e ganho dinheiro com ela não são mais os modelos centralizados numa gravadora. Eu, músico, sou a minha gravadora. Eu sou a minha gravadora e a minha distribuidora. As regras quem faz sou eu. Se eu quiser dar tudo de graça, eu posso dar tudo de graça. Está cheio de gente dando música de graça e ganhando muito dinheiro, muito dinheiro.

O SR. DEPUTADO OTAVIO LEITE - Com publicidade...



O SR. CLÁUDIO PRADO - Não. Com a música. A Radiohead, talvez a maior banda de hoje, distribui tudo de graça. A pessoa pode baixar o que quiser. Paga se quiser e quanto quiser na Internet.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - É facultativo. Concordo plenamente. Só esclareço que hoje há muito autor que abre mão do seu direito autoral para ver a sua música transitando livremente no mercado.

O SR. CLÁUDIO PRADO - Para ganhar dinheiro, inclusive. É outro modelo de negócio. E o grande erro nessa discussão é pensar que o modelo que vem é único, como era o anterior. Quem domina modelos únicos e quer ganhar muito dinheiro, muito dinheiro, muito dinheiro chama-se pirata. Essa é a minha concepção.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Efraim Filho) - Perfeito.

Agradeço a presença ao Sr. Ministro de Estado da Cultura, Alfredo Manevy; ao Sr. Cláudio Prado, Presidente do Laboratório Brasileiro de Cultura Digital; a toda a assistência; ao Relator Otavio Leite, que pôde participar poucos minutos desta breve discussão, em virtude de estar preso na CCJ — no bom sentido, em face da questão da Vice-Presidência daquela Comissão.

Pude ver que foi um debate bastante proveitoso e que vai nos trazer, principalmente ao Relator, muitos subsídios para a apresentação do relatório final.

Nada mais havendo a tratar, vou encerrar os trabalhos, antes convocando os senhores membros para a próxima reunião ordinária, a realizar-se em 27 de abril de 2010, às 14h, no Plenário 5 do Anexo II desta Casa.

Está encerrada a reunião.